



UNIVERSIDADE DO MINDELO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**OS DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE
CASO DA PARCERIA ESPECIAL COM A UNIÃO EUROPEIA**

VIVIANE AILINE LOPES ANDRADE

Mindelo, 2015



Universidade do Mindelo
Departamento de Ciência Humanas, Jurídicas e Sócias
Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

**Os Desafios da política externa de Cabo Verde: caso da Parceria Especial
com a União Europeia**

AUTORA: VIVIANE AILINE LOPES ANDRADE

Orientador: Doutor Juscelino Dias

Mindelo, 2015

Autora: Viviane Ailine Lopes Andrade

Titulo: Os Desafios da Política Externa de Cabo Verde: caso da Parceria Especial com a União Europeia

Declaração de Originalidade

Declaro que esta monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

A candidata,

Viviane Ailine Lopes Andrade

Mindelo, Dezembro de 2015

“Trabalho apresentado à Universidade do Mindelo como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais”.

Dedicatória

À minha mãe, Zenaida Maria Lopes Fernandes, pelo amor incondicional, carinho, e por me ensinar desde sempre, que nada é fácil e que tudo se consegue com sacrifício e sempre me incentivando para a realização dos meus ideais e também pelo apoio e contribuição para a minha formação superior.

À minha avó, Maria do Nascimento Lopes, agradeço os valores e conselhos que têm servido de pilares para a minha vida.

À minha tia Eloisa Lopes, pelo carinho e apoio demonstrado ao longo dos meus estudos.

As minhas irmãs, Josiane Andrade, Helana Andrade e Raphaella Teixeira.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força e coragem durante toda esta longa caminhada.

À minha mãe Zenaida Lopes e a minha tia Eloisa Lopes, por acreditarem sempre em mim e por ajudarem-me a concretizar o meu objetivo académico, o meu amor e a minha gratidão vão muito além do que posso expressar por meras palavras.

Ao meu pai, pelo carinho.

Aos meus familiares e amigos, que de uma forma contribuíram para que esta etapa fosse um sucesso, em especial e com grande apreço a minha prima Susana Nascimento.

Agradeço o meu orientador Dr. Juscelino Dias pela disponibilidade com que demonstrou ao longo da concepção desta monografia, e pelas suas observações, rigor científico e serenidade transmitida nos momentos de inquietação.

Agradeço os meus colegas do curso e de turma pela amizade e contribuição no percurso do trabalho, em especial o Helton Delgado pelo seu encorajamento e disponibilidade em me ajudar, a Romina Pio, Jamira Oliveira, Eunice Rodrigues, Heidilene Lopes, Helda Andrade, Dilma Cruz, Ildiana Gomes e Lavinio Conceição entre outros.

À coordenadora do curso Ciência Política e Relações Internacionais, Risanda Soares, pela disponibilidade e preocupação.

À Etmy Ramos, pela sólida amizade que nos une e pela constante preocupação em acompanhar o evoluir da minha monografia.

Um muito obrigado a todos que não foram mencionados aqui, mas que de uma forma ou outra contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste presente trabalho, estimulando-me intelectual e emocionalmente, o meu profundo agradecimento.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
AGOA	African Growth and Opportunity Act
APD	Ajuda Publica ao Desenvolvimento
APD	Ajuda Publica ao Desenvolvimento
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CPD	Comité de Políticas de Desenvolvimento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
EUA	Estados Unidos da América
IDE	Investimento Direto do Estrangeiro
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MCA	Millennium Challenge Account
MCC	Millennium Challenge Corporation
MpD	Movimento para a Democracia
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAICV	Partido Africano de Independência de Cabo Verde
PAIGC	Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PDM	Países Desenvolvimento Médio
PEV	Parceria Europeia de Vizinhaça
PIB	Produto Interno Bruto
PMA	Países Menos Avançados
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PpM	Parceria para Mobilidade
RE	Remessas dos Emigrantes
UA	União Africana
UE	União Europeia
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Índice:

Agradecimentos	v
Lista de Abreviaturas e Siglas	vi
Índice de Mapa	xi
Índice de Figuras.....	xi
Índice de Quadros	xi
Índice de Gráficos.....	xii
Índice de tabelas	xv
Resumo	xviii
Abstract.....	xix
Introdução	1
Metodologia.....	3
Capítulo I – Breve Caracterização de Cabo Verde	5
1.1 - Localização Geoestratégica	5
1.2- Estrutura Económica e Social de Cabo Verde	8
Capítulo II – Enquadramento geral da Política Externa de Cabo Verde	10
2.1- Política Externa: Origem e Conceito.....	10
2.2 - Percurso histórico da Política externa de Cabo Verde	12
2.3 - Relação entre a política externa e desenvolvimento em Cabo Verde..	15
2.3.1 - Desenvolvimento: paradigmas e conceitos	15
2.4 - Programas do Governo para a política externa.....	16
2.5 - Eixos da política externa cabo-verdiana.....	17
2.6 - A Diplomacia económica: o vetor de desenvolvimento da política externa de Cabo Verde	19
Capítulo III - Desafios da política externa do arquipélago.....	23

3.1	- A conquista do programa norte-americano Millennium Challenge Account	23
3.2	- Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio	24
3.3	- Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia	27
3.4	- Graduação de Cabo Verde a País de Desenvolvimento Médio	28
Capítulo IV - A Parceria Especial Cabo Verde – União Europeia		31
4.1	- As Relações Cabo Verde/ União Europeia: Um breve historial	31
4.2	- O Que é a Parceria Especial CV\UE	33
4.3	- Eixos de Intervenção por Pilar	36
4.4	- Quais as vantagens desta Parceria Especial?	41
Capítulo V - Análise de Dados		43
5.1	- Interpretação dos dados da investigação	43
5.2	Confrontação das Hipótese	72
5.2.1- Hipótese 1 – A Parceria Especial tem sido um grande desafio para Cabo Verde.		72
5.2.2- Hipótese 2 – A parceria especial Cabo Verde /UE contribui para uma melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde.		73
5.2.3 - Hipótese 3 – A boa relação entre Cabo Verde e a UE tem gerado ganhos significativos.		74
Conclusão		75
Bibliografia		78
6	- Documentos Diversos	80
7	Páginas na internet	81
Anexos		82
Anexo 1 - Tabela 1 - Acordos de cooperação		82
Anexo 2 – Tabela dos dados do Questionário		82
Anexo 3- Questionário		101
Anexo 4 - Perguntas da Entrevista		104

Anexo 5 - Figura 1 - Assinatura do Acordo de facilitação de vistos por José Maria Neves e Durão Barroso	105
--	-----

ÍNDICE DE MAPA

Mapa 1- – Posição geoestratégica de Cabo Verde e as suas relações entre os três continentes	5
---	---

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Assinatura do Acordo de facilitação de vistos por José Maria Neves e Durão Barroso	105
---	-----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Quadro de referência dos critérios de saída de Cabo Verde do grupo dos PMA - 2003 e 2006.....	29
--	----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo (%)	43
Gráfico 2 – Idade (%)	44
Gráfico 3 – Nível de Escolaridade (%)	45
Gráfico 4 – Profissão (%)	46
Gráfico 5 – Considera –se uma pessoa que acompanha de perto o processo de desenvolvimento de Cabo Verde (%)	47
Gráfico 6- Como avalia o processo de desenvolvimento de Cabo Verde (%) ...	48
Gráfico 7- Quais as parcerias ou cooperações que Cabo Verde beneficia no âmbito do seu desenvolvimento.....	49
Gráfico 8 - Em que medida estas parcerias ou cooperações até agora contribuíram para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde	50
Gráfico 9 - De uma forma geral, como avalia a qualidade destas parcerias ou cooperações em Cabo Verde	51
Gráfico 10 - Neste momento como avalia as relações entre Cabo Verde e a União Europeia (%)	52
Gráfico 11 - Como tem sido o impacto da Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia (%).....	53
Gráfico 12 - Conheces a estrutura do plano de ação da Parceria Especial CV/UE (%)	53
Gráfico 13 - Esta satisfeito com a estrutura do plano de ação para a Parceria Especial Cabo Verde / UE	54
Gráfico 14 - Justificativas para avaliação da estrutura do plano de ação para a Parceria Especial Cabo Verde/UE (%)	55

Gráfico 15 - Como avalia o acompanhamento da aplicação da Parceria Especial (%)	56
Gráfico 16 - Com a Parceria Especial CV/UE achas que a política externa cabo-verdiana passa a ter melhores oportunidades de cooperação a nível bilateral e multilateral com a UE e os Estados Membros (%).....	57
Gráfico 17 - Achas que esta parceria especial CV/UE tem sido importante para atrair investimentos para Cabo Verde (%).....	58
Gráfico 18 - Com a Parceria Especial CV/UE considera que haverá alguma alteração no posicionamento de CV a nível da CEDEAO	59
Gráfico 19 - E para a União Europeia quais são os ganhos desta parceria (%)..	60
Gráfico 20 - Ainda que seja em alguns aspetos, acha que já dá para sentir algumas mudanças advindas desta Parceria Especial (%).....	61
Gráfico 21 - Quais são os aspetos que já dão para sentir das mudanças advindas desta parceria especial CV/UE	61
Gráfico 22 - Acha que o Governo de Cabo Verde está preparado para enfrentar os desafios que a Parceria Especial CV/UE acarreta (%).....	62
Gráfico 23 - Justificativas se o Governo de Cabo Verde está preparado para enfrentar os desafios que a Parceria Especial acarreta (%)	63
Gráfico 24 - A Parceria Especial é uma opção voluntarista da política externa de Cabo Verde (%)	64
Gráfico 25 - A Parceria Especial CV/UE é um processo para relacionamento a longo prazo com a União Europeia (%)	64
Gráfico 26 - A Parceria Especial reforça a dinâmica de parcerias com outras regiões e países (%)	65
Gráfico 27 - A Parceria Especial está aberta à participação da sociedade civil (%)	66
Gráfico 28 - A Parceria Especial requer uma mobilização permanente (%)	67
Gráfico 29 - Como classificas os resultados conseguidos coma parceria especial CV/UE	68
Gráfico 30 - Como classificas o desempenho dos serviços da Comissão das Comunidades Europeias perante a parceria especial CV/UE	68

Gráfico 31 - Como classifica a estrutura do plano de ação com a parceria CV/UE	69
Gráfico 32 - Como classifica os ganhos conseguidos com a parceria especial CV/UE	70
Gráfico 33 - Cruzamento entre em que medida estas parcerias até agora contribuíram para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde e como avalia a qualidade destas parcerias em Cabo Verde (%).	71
Gráfico 34 - Como classifica os ganhos conseguidos por Cabo Verde com a parceria especial Cabo Verde / UE e neste momento como avalia as relações entre Cabo Verde e UE (%)	72

ÍNDICE DE TABELAS

Anexo 1 - Tabela 1 - Acordos de cooperação.....	82
Tabela 2 - SEXO.....	82
Tabela 3 - IDADE.....	83
Tabela 4 - NIVEL DE ESCOLARIDADE	83
Tabela 5 – FUNÇÃO	84
Tabela 6 - CONSIDERA-SE UMA PESSOA QUE ACOMPANHA DE PERTO O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE.....	84
Tabela 7 - COMO AVALIA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE.....	84
Tabela 8 - QUAIS AS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES QUE CABO VERDE BENEFICIA NO AMBITO DO SEU DESENVOLVIMENTO.....	85
Tabela 9 - EM QUE MEDIDA ESTAS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES ATÉ AGORA CONTRIBUÍRAM PARA A MELHORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE	86
Tabela 10 - DE UMA FORMA GERAL,COMO AVALIA A QUALIDADE DESTAS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES EM CABO VERDE	86
Tabela 11 - NESTE MOMENTO COMO AVALIA AS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA.....	86
Tabela 12 - COMO TEM SIDO O IMPACTO DA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA.....	87
Tabela 13 - CONHECES A ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA	87
Tabela 14 - ESTA SATISFEITO COM A ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO PARA A PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE /UE	88
Tabela 15 - JUSTIFICATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO PARA A PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE/UE ...	88
Tabela 16 - COMO AVALIA O ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE.....	89

Tabela 17 - COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE ACHAS QUE A POLITICA EXTRENA CABO-VERDIANA PASSA A TER MELHORES OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO A NIVEL BILATERAL E MULTILATERAL COM A UE E OS ESTADOS MEMBROS.....	90
Tabela 18 - ACHA QUE ESTA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA TEM SIDO IMPORTANTE PARA ATRAIR INVESTIMENTOS PARA CABO VERDE	90
Tabela 19 - COM A PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA CONSIDERA QUE HAVERÁ ALGUMA ALTERAÇÃO NO POSICIONAMENTO DE CABO VERDE A NIVEL DA CEDEAO	91
Tabela 20 - E PARA A UNIÃO EUROPEIA QUAIS SÃO OS GANHOS DESTA PARCERIA.....	91
Tabela 21 - AINDA QUE SEJA EM ALGUNS ASPETOS, ACHA QUE JÁ DA PARA SENTIR ALGUMAS MUDANÇAS ADVINDAS DESTA PARCERIA ESPECIAL CV/EU.....	91
Tabela 22 -- QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/U.....	92
Tabela 23 - ACHA QUE O GOVERNO DE CABO VERDE ESTÁ PREPARADO PRA ENFRENTAR OS DESAFIOS QUE A PARCERIA ESPECIAL CV/UE ACARRETA	95
Tabela 24 - JUSTIFICATIVAS SE O GOVERNO DE CABO VERDE ESTA PREPARADO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS QUE A PARCERIA ESPECIAL ACARRETA	96
Tabela 25 - A PARCERIA ESPECIAL É UMA OPÇÃO VOLUNTARISTA DA POLITICA EXTERNA DE CABO VERDE.....	96
Tabela 26 - A PARCERIA ESPECIAL CV/UE É UM PROCESSO PARA RELACIONAMENTO LONGO PRAZO COM A UNIÃO EUROPEIA	97
Tabela 27 - A PARCERIA ESPECIAL REFORÇA A DINÂMICA DE PARCERIAS COM OUTRAS REGIÕES E PAÍSES.....	97
Tabela 28 - A PARCERIA ESPECIAL ESTÁ ABERTA Á PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	97

Tabela 29 - A PARCERIA ESPECIAL REQUER UMA MOBILIZAÇÃO PERMANENTE	98
Tabela 30 - COMO CLASSIFICAS OS RESULTADOS CONSEGUIDOS COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE	98
Tabela 31 - COMO CLASSIFICAS O DESEMPENHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE.....	98
Tabela 32 - COMO CLASSIFICAS A ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE	99
Tabela 33 - COMO CLASSIFICAS OS GANHOS CONSEGUIDOS POR CABO VERDE COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE	99
Tabela 34 - CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: EM QUE MEDIDA ESTAS PARCERIAS ATÉ AGORA CONTRIBUÍRAM PARA A MELHORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE * DE UMA FORMA GERAL, COMO AVALIA A QUALIDADE DESTAS PARCERIAS EM CABO VERDE	100
Tabela 35 - CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: NESTE MOMENTO COMO AVALIA AS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA * COMO CLASSIFICAS OS GANHOS CONSEGUIDOS POR CABO VERDE COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE	100

RESUMO

O presente trabalho de investigação debruça-se sobre os Desafios da Política Externa de Cabo Verde, caso da Parceria Especial com a União Europeia e tem como objetivo geral analisar a Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia como um desafio estratégico para a política externa de Cabo Verde.

Os desafios da política externa constituem uma matéria de grande interesse nos tempos atuais e tem merecido a atenção não só dos investigadores, como para as organizações internacionais, através de profícuas relações de cooperação e de amizade, com efeitos diretos no processo de desenvolvimento do país em todas as esferas, mas especificamente o económico, social, político etc.

O país tem vindo a desenvolver uma intensa atividade diplomática como perspectiva de uma inserção mais dinâmica no sistema internacional, a sua relação de cooperação com a União Europeia, no caso, da Parceria Especial, objecto maior desta pesquisa, e é de grande relevância tendo em vista um maior desenvolvimento do país.

O estudo em causa define-se como exploratório, utilizando uma metodologia quantitativa, onde participaram vinte funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros direccionados no departamento da Direção Nacional dos Assuntos Políticos e Cooperação (DNAPEC) e na Direção Geral de Assuntos Jurídicos e Tratados (DGAJT). Para a recolha dos dados recorreu-se a aplicação de um questionário, dirigido aos funcionários.

Palavras-chave: Cabo Verde, Política Externa, desenvolvimento, Parceria Especial Cabo Verde /União Europeia.

ABSTRACT

This research work focuses on the Challenges of External of Cape Verde Policy, the Special Partnership case with the European Union and has the general objective to analyze the special partnership Cape Verde / European Union as a strategic challenge for the cable foreign policy Green.

The challenges of foreign policy is a matter of great interest in recent times and has attracted the attention not only of researchers, and to international organizations, through fruitful relations of cooperation and friendship, with direct effects on the country's development process all levels, but specifically the economic, social, political etc.

The country has developed an intense diplomatic activity as perspective a more dynamic insertion in the international system, its cooperative relationship with the European Union, in the case of the Special Partnership, the largest object of this research, and it is of great importance taking into view to further development of the country.

The study in question is defined as exploratory, using a quantitative methodology, attended by twenty officials from the Ministry of Foreign Affairs directed the Department of National Directorate of Political Affairs and Cooperation (DNAPEC) and the General Directorate of Legal Affairs and Treaties (DGAJT). In order to store data resorted to the use of a questionnaire addressed to employees.

Keywords: Cape Verde, foreign, development, Special partnership Cape Verde / European Union.

INTRODUÇÃO

Cabo Verde foi descoberto pelos portugueses em 1460, tendo-se iniciado o seu povoamento no ano de 1462, esteve sob a dominação colonial portuguesa desta data até ao ano de 1975 em que obteve a sua independência política.

Um pequeno país insular, com 40 anos de existência como Estado, desprovido de recursos naturais, hoje uma referência no mundo e um parceiro estratégico no espaço euro-atlântico tendo um grau de desenvolvimento considerável durante os últimos anos, com ênfase para a entrada do país para a Organização Mundial do Comércio, a Parceria Especial com a União Europeia, o financiamento de dois pacotes do *Millenium Challenge Account* pelos Estados Unidos da América e a elevação de Cabo Verde à Categoria de País de Desenvolvimento Médio, são os maiores exemplos da sua estratégia.

A motivação em trabalhar este tema norteou-se o interesse, no sentido de melhor compreender, como foi possível realização deste percurso no que tange ao seu crescimento e desenvolvimento económico em condições desfavoráveis para o país onde é alvo de múltiplos interesses e preocupações, mas que devido à sua localização geoestratégica, desde muito cedo despertou interesse a nível internacional, em que os governantes souberam tirar proveito disso, através duma política externa arrojada e dinâmica.

Neste sentido, esta dissertação é conduzida pela seguinte pergunta partida:

Até que ponto a Política Externa de Cabo Verde responde as perspetivas de desenvolvimento do país, tendo em conta os desafios preconizados?

Para responder essa pergunta foi formulada as seguintes hipóteses:

- A Parceria Especial Cabo Verde /UE tem sido um grande desafio para Cabo Verde;
- A Parceria Especial Cabo Verde/UE contribui para uma melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde;
- A boa relação entre Cabo Verde e a UE tem gerado ganhos significativos para Cabo Verde.

A principal finalidade da pesquisa é analisar a Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia como um desafio estratégico para a política externa de Cabo Verde, mais especificamente analisar os pilares da parceria especial na promoção da política externa de Cabo Verde, posicionar Cabo Verde no contexto geoestratégico na sua relação com a Europa e os Estados Unidos, analisar a importância que a política externa representa para o desenvolvimento de Cabo Verde.

Dividiu-se o trabalho em quatro capítulos, acompanhados da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo deste trabalho dedica-se a uma caracterização sumária da localização geoestratégica de Cabo Verde e a sua estrutura económica e social.

No segundo capítulo aborda o enquadramento teórico, onde se procede à revisão da bibliográfica com o objetivo de compreender os conhecimentos produzidos no domínio da política externa no contexto cabo-verdiano, analisando diversos pontos como: A origem e o conceito da política externa, o percurso histórico da política externa de Cabo Verde, a relação entre a política externa e desenvolvimento em Cabo Verde, os programas do Governo para a política externa (referentes a 2006-2011 e 2011- 2016), os eixos da política externa cabo-verdiana e a diplomacia económica como vetor do desenvolvimento da política externa de Cabo Verde.

No terceiro capítulo aborda os desafios da política de externa de Cabo Verde como a entrada do país para a Organização Mundial do Comércio, a Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia, o financiamento de dois pacotes do *Millenium Challenge Account* pelos Estados Unidos da América e a elevação de Cabo Verde à Categoria de País de Desenvolvimento Médio, são os maiores exemplos da sua estratégia.

No quarto capítulo analisa mais especificamente o relacionamento entre Cabo Verde e a UE, com a devida ênfase na Parceria Especial, explicitando em que medida esta é de fato uma “parceria especial”. Debruçamos sobre os seguintes pontos: Um breve historial das relações de Cabo Verde com a UE, o que é a Parceria especial Cabo Verde/UE, os pilares da parceria, e as vantagens da parceria especial.

No quinto capítulo fez-se a análise e a interpretação dos dados da investigação, onde a sequência do mesmo fez-se a confrontação das hipóteses, mediante o cruzamento de ideias de vários autores mencionados no trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia do trabalho assenta numa combinação entre o estudo quantitativo e uma pesquisa bibliográfica, artigos e documentos de trabalhos/estudos já publicados com o intuito de aprofundar teoricamente esse tema.

Optou-se pelo levantamento e análise de fontes primárias tais como os documentos oficiais, Constituição da República, bem como os sites oficiais do governo de Cabo Verde.

Convém, no entanto salientar que durante a fase de pesquisa foi difícil encontrar manuais que abordassem os temas que se inserem no âmbito dessa pesquisa.

Como forma de reforçar certos pontos do trabalho em específico, optou-se pela elaboração de uma entrevista exploratória a uma pessoa com o conhecimento do assunto em estudo, com hora e local determinado visando a recolha de percepções, interpretações e experiências, que devido a crise de materiais bibliográficos não disponíveis.

Optou-se por fazer um inquérito por questionário baseado num estudo caso relativamente a Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia, a população alvo correspondente ao estudo é construído pelos funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MIREX).

Sendo o MIREX uma entidade com diversos departamentos a população estudada foi restringida somente a alguns funcionários direccionados no departamento da Direção Nacional dos Assuntos Políticos e Cooperação (DNAPEC) e na Direção Geral de Assuntos Jurídicos e Tratados (DGAJT).

Em vez de analisar o grupo (sendo quase impossível), foi selecionado uma amostra, tentando deste modo satisfazer as condições para que todo o grupo esteja representado.

Participaram neste estudo vinte (20) funcionários do MIREX os quais foram aplicados somente aos funcionários da DNAPEC e da DGAPT, utilizando como critério o cargo que ocupa e o nível de escolaridade, os questionários aplicados foram feitos na presença dos inquiridos, salvo casos excepcionais, contendo na sua maioria perguntas fechadas e em alguns casos específicos perguntas abertas, por não se prever as respostas dadas.

Quisemos apresentar uma amostra mais significativa, através dos inquéritos, mas não nos foi possível devido à indisponibilidade de pessoas para serem inquiridas.

Optamos pelo inquérito por questionário, uma vez que, assim fica mais fácil verificar as hipóteses e analisar as correlações que essas hipóteses sugerem, dado o número de pessoas inquiridas e o tratamento quantitativo das respostas obtidas.

Utilizando num primeiro momento, a técnica de amostragem por quotas, tendo em conta duas variáveis – sexo e idade – e num segundo momento utilizou-se a técnica aleatória na seleção dos inquiridos, em função dos cargos profissionais e o nível de escolaridade. De seguida utilizou-se os programas de *SPSS Etatistics* versão 17.0 e *Excel* 2013, na análise e na tabulação, facilitando assim as ligações e cruzamentos, dos dados recolhidos.

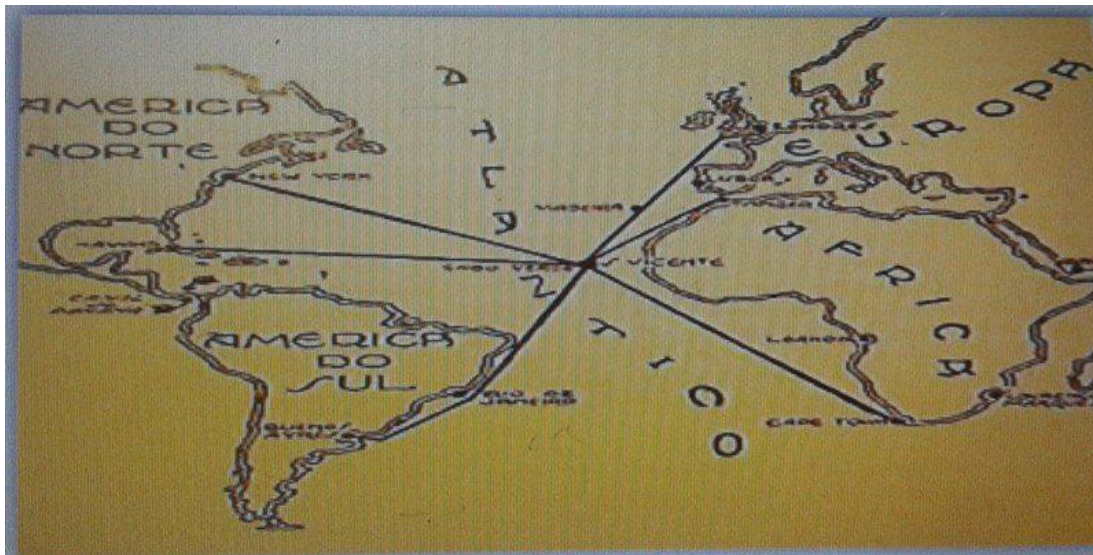
CAPÍTULO I – BREVE CARACTERIZAÇÃO DE CABO VERDE

Neste capítulo vamos apresentar uma caracterização breve e sumária de Cabo Verde, do ponto vista da sua geografia estratégica cujo objectivo principal é encontrar as géneses e motivos subjacentes que condicionam a política externa cabo-verdiana nos mais variados domínios (geográfico, económico, político, etc.).

“ ... a História de um povo é a matriz da sua cultura, sem se conhecer a história não se pode aprender a identidade, as ambições , mas também os preconceitos que se acomodam no inconsciente colectivo e por isso sem ela não se pode , realmente , planear um desenvolvimento sustentado ” (Cabral, 2005, p. 381) .

1.1 - Localização Geoestratégica

Mapa 1 - Posição geoestratégica de Cabo Verde e as suas relações entre os três continentes



Fonte: (Momentos da história)

As limitações estruturais do arquipélago são evidenciadas pela sua insularidade, escassez dos recursos, e a seca, estes determinaram que todo o arranque fosse necessariamente exógeno. Razão pela qual a sua posição geográfica no Atlântico entre a Europa, África e América, concebe a forma de o inserir na economia internacional foi um intento das autoridades, desde os primórdios da sua conquista, e “*vários forma os esforços e as estratégias para converter as virtudes estratégicas do arquipélago em fonte e motor do enriquecimento*” (Silva, 2004, p. 80) .

Cabo Verde é provido de fracos recursos naturais mas com índices crescentes de desenvolvimento humano. O seu passado histórico é profunda e amargamente marcado por secas e fomes cíclicas e pela emigração, de que resultou uma importante diáspora espalhada pela África, Europa e América de aproximadamente 520.000 emigrantes para uma população residente de 491.575 habitantes.

Cabo Verde, em virtude das suas inúmeras vulnerabilidades e por ter uma fraca capacidade para gerir riqueza devido as suas condições adversas¹, aposta fortemente na consolidação do Estado direito democrático, na boa governação, no bem-estar da sua população e no desenvolvimento de uma cultura de paz, transpondo seguidamente esta imagem para a cena internacional a fim de auferir a ajuda externa e investimentos necessários para a sua continuidade ou sobrevivência.

Nestas circunstâncias, a diversificação dos seus parceiros e a defesa de um multilateralismo a múltiplos níveis constitui uma estratégia característica dos Pequenos Estados e Cabo Verde não foge a regra.

Por certo, o país apostou em reservas ideológicas, numa participação ativa em blocos regionais, tanto da África como da Europa, bem como as instituições multilaterais. Outrossim, a sua posição geoestratégica na encruzilhada entre os três continentes (África, Europa, América) faz do estado cabo-verdiano um ator incontornável ambicioso nos novos debates em volta de temas tal como a segurança transnacional e a novas ameaças emergentes, principalmente o crime organizado transnacional, o terrorismo, o tráfico de armas e de drogas, as fraudes fiscais, o tráfico de seres humanos, as migrações ilegais, entre vários outros crimes de causas complexas².

¹ Exiguidade e escassez de recursos naturais.

² Com o propósito de combater a criminalidade (narcotráfico, a emigração clandestina, pirataria económica) e aumentar a segurança marítima nesta sub-região, tem recebido contribuições generosas de muitos países particularmente dos EUA. Recentemente para além da oferta de um barco patrulha, foi inaugurado (24 de Maio de

Progressivamente estão sendo criadas as condições para que a posição geoestratégica, funcione como um posto avançado de segurança para a Europa e América, o que de fato, a segurança da Europa depende essencialmente da segurança e estabilidade nas regiões periféricas como Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde.

É neste caso que as autoridades nacionais têm provido das potencialidades estratégicas no que diz respeito a sua localização geográfica “*convertendo-a num instrumento político e de poder*” (Costa S. F., 2009) estreitando as relações com diversos países (Portugal, Espanha, EUA, Reino Unido) essencialmente na área da segurança e defesa com a assinatura de vários acordos de fiscalização conjunta da sua Zona Económica Exclusiva (ZEE), no combate ao narcotráfico e outros crimes conexos. Visto que a extensão da sua ZEE³ não dispões de meios que o concede uma plena fiscalização.

È com suporte neste potencial estratégico (localização geográfica) que as autoridades nacionais pretendam transformar o arquipélago numa ponte de prestação de serviços, transações comerciais e financeiras e de ligação entre os continentes, cultura e civilizações, num corredor de paz, estabilidade, crescimento económico e competitividade, que se verte em ganho formidável para o país e o mundo.

Para o prosseguimento deste desiderato, efetuou-se um conjunto de ações político-diplomáticas a nível internacional, tal como o estreitamento diversificação das suas relações externas, no reforço da credibilidade externa e na multiplicação das ancoragens políticas.

Contudo, apesar da sua pequenez, insularidade, ausência de recursos naturais e do peso das coordenadas da identidade geográfica na estruturação da sua política externa, o arquipélago de Cabo Verde tem, paradoxalmente, empreendido um grande investimento político e identitário nos grandes espaços geopolíticos internacionais e nas instituições políticas multilaterais, sejam elas de vocação regional, continental ou universal, como espaços privilegiados de reivindicação

2010 e é o segundo centro a ser instalado em África depois de Marrocos. Permitira maior eficácia de fiscalização das águas cabo-verdianas, por onde passa parte do trafico internacional de droga oriunda da América Latina com destino para à Europa) um Centro de Operações de Segurança Marítima (COSMAR) financiado pelo Governo dos EUA, orçado em três milhões de dólares, ao abrigo de um Acordo de Doação no domínio da Segurança Marítima e Programas de Apoio à luta Contra o Narcotráfico. O referido Centro permite as autoridades de África, América e de Cabo Verde coordenar segurança neste corredor do Atlântico.

³ Superior a 700.000 km².

dos seus interesses estratégicos, porque inscrito numa estratégia global de desenvolvimento nacional.

Esse posicionamento externo pragmático, na encruzilhada atlântica entre os continentes, tem proporcionado ao arquipélago ganhos internacionais assinaláveis como sejam a transição suave, pacífica e bem-sucedida, pelo Sistema das Nações Unidas, do grupo de Países Menos Avançados (PMA) para o conjunto dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM); a seleção do país, pela segunda vez consecutiva, como beneficiário dos fundos do MCA, instituído pela administração norte-americana com o intuito de premiar os excelentes resultados obtidos na boa governação; a assinatura e aprovação, pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Externas da UE, do acordo de parceria especial entre a União Europeia e a República de Cabo Verde; e, por último, a adesão do arquipélago à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Cabo Verde é considerado hoje, uma referência no mundo e um parceiro considerado estratégico no espaço euro-atlântico tendo como princípios a Boa governação e a Transparência (GOP, 2005).

1.2- Estrutura Económica e Social de Cabo Verde

O fato de Cabo Verde ser um arquipélago constituído por dez ilhas implica um duplo condicionamento, o primeiro derivado da sua condição insular e o respetivo distanciamento de qualquer outro território continental (e os consequentes custos acrescidos da insularidade) e, o segundo condicionamento que deriva das descontinuidades físicas do território o que leva a um distanciamento entre as várias ilhas e é inerente multiplicação de varias infraestruturas. É também um país extremamente dependente de transferências externas e sem recursos naturais assimiláveis, o que implica um enorme grau de dependência.

Contudo, apresenta-se em sentido favorável, a nossa localização geográfica privilegiada, fazendo com que Cabo Verde tenha uma posição de relevo no Atlântico Médio, caminhando para o auge da sua economia e, desempenhando uma função importante na circulação de mercadorias, pessoas e na segurança da região africana.

A construção da economia global ofereceu a Cabo Verde oportunidades que, devidamente aproveitadas, abrem vias de extrema importância de desenvolvimento sócio - económico e, nesse

âmbito, defende-se uma estratégia de desenvolvimento económico nomeadamente nas áreas específicas de intervenção, como o comércio, prestação de serviços e turismo, onde o bom funcionamento do mercado constitui um dos principais vetores para as relações com diversos agentes económicos.

A integração de Cabo Verde no bloco económico da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a paridade fixa do Escudo de Cabo face ao Euro desde 1999, a assinatura de acordos comerciais específicos, nomeadamente o *African Growth and Opportunity Act* (AGOA) e o acordo de Cotonou, a introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Janeiro de 2004 e o Acordo de Parceria Especial com a União Europeia desde 24 de Novembro de 2007.

De considerar que os fatores acima mencionados fizeram com que Cabo Verde tivesse um auge na sua projeção internacional bem como também demarcaram uma grande importância no desenvolvimento económico do país que, à partir janeiro 2008, foi classificado um país de desenvolvimento médio.

O posicionamento Geopolítico de Cabo Verde é complexo e multifacetado e em constante evolução.

O setor do Turismo continuou a ser o pilar dominante da economia de Cabo Verde, pois, desde sempre a emigração se transformou na única saída para a população cabo-verdiana.

“A emigração representa uma das fontes de recursos externos mais importantes para Cabo Verde. As remessas dos emigrantes constituem com a APD, dois dos principais pilares do desenvolvimento da economia desse a independia. Os recursos provenientes da comunidade dos emigrantes representavam nos anos 90, em média de 18% do PIB. Este rácio foi reduzido para cerca de 12% no período 2000 a 2005. Durante este período o seu valor é praticamente idêntico àquele da ajuda acordada pelos parceiros bilaterais e multilaterais de desenvolvimento de Cabo Verde” (ONU, 2007) .

Atualmente, Cabo Verde pode ser caracterizado politicamente, como um Estado de sucesso, um país de estabilidade e boa Governação que goza de crédito junto de governos, empresas e organismos internacionais, pondo o país no caminho certo para o desenvolvimento a todos os níveis de modo a beneficiar das oportunidades da globalização

CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO GERAL DA POLÍTICA EXTERNA DE CABO VERDE

O presente capítulo analisa o tema, numa perspectiva geral, através de vários pontos de vistas e estudos de diversos autores, sobre determinados aspectos, considerados importantes para a compreensão e entendimento do tema em investigação, visando assim, através de discussões diversas, um melhor enquadramento teórico do mesmo.

Para tanto, serão apresentados os conceitos por detrás da noção de política externa e a sua origem.

2.1- Política Externa: Origem e Conceito

A política externa teve a sua origem após o surgimento do Tratado da Paz de Vestefália que foi assinada em 1648 para colocar fim a Guerra dos 30 anos, que envolveu as monarquias da Europa e considerado um elemento importante para as Relações Internacionais, modernas (Moita, 2012) (Capoco, 2003, p. 43) . Esse Tratado trouxe um elemento fulcral, a Soberania dos Estados que tem o poder máximo na ordem interna e a igualdade na ordem internacional, com este conceito passou a existir o Estado propriamente dito, na qual constam os seguintes componentes: povo, território e poder político. O Tratado proclama que os Estados são iguais no que tange á celebração e vinculação dos acordos e tratados internacionais, proibindo a ingerência nos assuntos internos dos Estados.

Por outro lado, este tratado marca o início da modernidade com a profunda laicização das sociedades políticas devido à separação entre o poder político e o poder religioso.

Deste modo, só a existência de um Estado com estas características tornou possível falar de relações internacionais e por conseguinte de política externa dos Estados.

Com base no dicionário das relações internacionais, (Sousa, 2005, p. 144) define política externa “*como a atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem*”, nesta mesma linha pensamento o autor faz uma análise criteriosa das opções externas nas várias e distintas posições:

“O meio doméstico/interno constitui o pano de fundo, com base no qual as diretrizes da política externa são delineadas. O meio externo/internacional constitui o ambiente onde a política externa irá ser implementada. A implementação da política externa de um país envolve outros atores, implicando reações dos mesmos. Torna-se assim necessário que os decisores políticos tenham em conta os interesses do meio interno, bem como, ao analisar o meio externo, tenham a capacidade de antever as reações dos outros Estados – definição da situação.” (Sousa, 2005, p. 144)

Para (Charles, 1990) a política externa *“é um programa ou plano de ação desenhado pelo governo de uma nação para endereçar problemas externos ou prosseguir algum objectivo no seio de entidades estrangeiras”*.

Segundo P.A.Reynolds citado por (Cardoso, 2011, p. 16) *“a política externa pode ser definida como um conjunto de ações de um Estado em suas relações com outras entidades que também atuam no cenário internacional, com objetivo, inicialmente, de promover o interesse nacional”*.

De acordo com, Marcel Merle citado por (Cardoso, 2011, p. 16) , ressalta que *“a Política Externa é (...) a parte da atividade do Estado que é voltada para fora, isto é, que trata, em oposição à política interna, dos problemas que existem além das fronteiras.”*

Victor Marques dos Santos citado por (Cardoso, 2011) define a política externa como *“um conjunto de linhas de ação política desenvolvida fora das fronteiras de um estado, e que tem como finalidade a defesa e a realização dos seus interesses, através de concretização de objectivos definidos num programa de governo”*.

Neste sentido, pode-se observar que o autor traz uma componente novo em relação aos outros, ao deixar transparecer que a política externa não é rígida, está sujeita a constantes adaptações em função da visão de quem governa.

Esta foi a definição que definimos como base para a nossa investigação pelo qual:

(...)” a Constituição da República de Cabo Verde consagra no artigo 185º, o seguinte, “O Governo é o órgão que define, dirige e executa a política geral interna e externa do país.” Sendo que a própria constituição proclama no artigo 125º ponto 2, o seguinte, “ O Presidente da República representa interna e externamente a República de Cabo Verde” (Constituição da República de Cabo Verde, 2010)

Efetivamente, existe uma correlação entre a política interna e a política externa dos Estados, para a preservação dos interesses nacionais, proibindo a não ingerência nos assuntos internos, procurando parcerias com os outros Estados ou organizações internacionais, de modo a primar pela coesão social, desenvolvimento e a segurança social internacional.

2.2 - Percurso histórico da Política externa de Cabo Verde

Agora vamos fazer uma breve apresentação do percurso histórico da política externa cabo-verdiana

Cabo Verde foi uma colónia portuguesa desde o seu descobrimento em 1460 até a sua independência em 1975. A partir dessa data houve grandes transformações no sistema internacional tais como o fim da segunda guerra mundial, o declínio da Europa como potência mundial, o aparecimento de duas superpotências munidas (EUA e ex-URSS) que dividiram o mundo em dois blocos, fazendo com que os restantes países alinhassem por um dos blocos, o aparecimento da ONU, tudo isto, induziu grandes modificações no ambiente político internacional. Após a segunda guerra mundial, as Nações Unidas e as superpotências começaram a ajudar os movimentos nacionalistas e também a pressionar os países colonizadores a libertar as suas colónias. Cada uma das potências apoiava as colónias que lhes interessavam, Cabo Verde se uniu à Guiné-Bissau na luta pela libertação, com a proteção de um mesmo partido o PAIGC (Partido Africano da Independência Guiné-Bissau e Cabo Verde) e teve apoio da União Soviética.

Depois da independência de Cabo Verde e Guiné-Bissau continuaram sob a governação de um único partido/Estado (PAIGC), institucionalizada na Constituição política de 1973⁴.

A partir de 1980 deu-se uma ligeira mudança na política externa cabo-verdiana, na sequência do Golpe de Estado que ocorreu em 14 Novembro de 1980 na Guiné-Bissau, o que levou divergências de varia ordem, sobretudo no seio do partido, e que acabaram por dismantelar a unidade política de ambos os países, causando, em Cabo Verde, a mudança do PAIGC para o PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde).

Cabo Verde apesar de ser sido ajudado pela União Soviética e de ter influências marxistas na formação do seu Estado, decidiu aderir estrategicamente ao Movimento dos Países Não-Alinhados no contexto da Guerra Fria, tendo como preocupação a viabilização do Estado no novo cenário internacional, através da relação com outros países.

Com o fim da Guerra Fria e a consequente queda do Burro de Berlim em 1989 desencadeou o processo da abertura política em Cabo Verde, em que nas primeiras eleições multipartidárias

⁴ Os artigos 22º, 23º e 68º da constituição, constitucionalizava de uma forma clara o projeto da unidade política dos dois países.

(realizadas em 1991), a oposição ter vencido as eleições o MPD (partido de Movimento para Democracia), pondo fim os quinze anos da governação do partido único (PAICV),

O período do partido único, foi o período de consolidação da independência de Cabo Verde o que levou a construção de um Estado moderno. Porém foi devido a transformação que se deu no sistema internacional, que impôs os estados a institui regimes partidários,

A dissolvência da União Soviética, o aparecimento dos EUA como à única superpotência (no plano internacional) fez com que este forçasse os países para uma democratização.

Baseado na premissa acima que com a abertura política de Cabo Verde em 1990, o MPD (o maior partido da oposição) vence as eleições legislativas realizadas em 13 de Janeiro de 1991⁵.

O MPD teve no poder (Governo) durante dez anos (até 2011), embora o PAICV volta a ganhar as eleições e até ainda esta a governar o país.

Contrariamente a muitos dos países africanos, Cabo Verde foi um caso sucesso, por ter uma democracia que se identifica ao modelo democrático ocidental.

A Constituição da República de Cabo Verde no seu artigo 11º, alínea 1 diz que:

“O Estado de Cabo Verde rege-se, nas relações internacionais, pelos princípios da independência nacional, do respeito pelo Direito internacional e pelos direitos do homem, da igualdade entre os Estados, da reciprocidade de vantagens, da cooperação com todos outros povos e da coexistência pacífica”.

Cabo Verde tem realizado parcerias com vários países e tem reforçado as suas relações com as superpotências e com as potências emergentes especificamente EUA, China Brasil e Angola. Têm integrado a diversas organizações nomeadamente OMC, CPLP (Comunidade Países de Língua Oficial Portuguesa), CEDEAO, UA (União Africana), ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e tem uma Parceria especial com a UE. Além disso a que se frisar a relação de Cabo Verde com a Organização do Atlântico Norte (NATO)⁶.

Verifica-se uma maior preocupação do Governo em apostar na continuidade de uma política externa da diplomacia económica, mas também numa perspetiva de responsabilidade e numa conjuntura internacional totalmente diferente.

Cabo Verde constitui um exemplo raro no contexto das democracias contemporâneas em que *“com a implementação da democracia 1991, a definição da política externa do arquipélago passou*

⁵ O sistema de Governo é Semi-Presidencial e a forma do estado é Unitário, mas com alguma descentralização administrativa e política das autarquias

⁶ Quando, Cabo Verde permitiu que a organização fizesse exercícios no seu território em 2006.

a orientar-se essencialmente pelos programa e relatórios de atividades do Governo e pelos principais vetores do programa dos sucessivos Governos” (Gonçalves, 2010, p. 42).

Este paradigma da democracia cabo-verdiana, funciona como um dos pilares principais da sua política externa, em que no programa do Governo 2006-2011, define três eixos fundamentais da política externa cabo-verdiana:

1. Uma Diplomacia ao serviço do desenvolvimento na era da globalização;
2. Uma política externa de afirmação de Cabo Verde no mundo;
3. Afirmação das Comunidades cabo-verdianas no exterior; estes têm como objetivo – a prossecução do desenvolvimento económico, político e social de Cabo Verde (PGCV, 2006 - 2011, pp. 95,99)

Uma outra preocupação do governo do país é com a diplomacia pública ou seja a integração da diáspora cabo-verdiana no mundo. A diplomacia cultural também sido outra preocupação, tendo sido levado a cabo com grande relevância em que vários artistas cabo-verdianos tem feito para que o país passasse a ser reconhecido internacionalmente, tais como a Cesária Évora, Maira Andrade, Tito Paris, Bana, Nancy Vieira etc.

2.3 - Relação entre a política externa e desenvolvimento em Cabo Verde

2.3.1 - Desenvolvimento: paradigmas e conceitos

A política externa tem sido fundamental no processo de desenvolvimento de diversos países, particularmente no que diz respeito ao caso de Cabo Verde, que é objecto da nossa análise.

Outro conceito relevante para esta investigação é o conceito de desenvolvimento que segundo (Sousa, 2005) o desenvolvimento significa *“conjunto das mudanças no sistema económico e social, assim como no tipo de organização que condicionam e facilitam o crescimento”*.

O mesmo autor destaca que o desenvolvimento é um *“conjunto das melhorias económicas, tecnológicas, sociais ou culturais que produzem um melhor bem-estar”*.

“Considerando as profundas transformações que modificaram globalmente o cenário internacional e se repercutiram nas relações Norte/Sul, bem como a necessidade da política externa ser cada vez mais assumida como um instrumento para a sobrevivência e o desenvolvimento nacional (Ministério dos Negócios Estrangeiros, p. 3)”.

Daí que Costa defende que a atuação diplomática cabo-verdiana deverá ser cada vez mais orientada para a criação de condições que permitam ao país enfrentar os efeitos de globalização e os desafios do desenvolvimento.

De acordo com (Tavares, 2010) o *“processo de desenvolvimento é tanto complexo”* visto que o desenvolvimento está associado a factores de natureza políticos, económicos, demográficos, socioculturais, etc. Porém, estes factores podem ser de carácter endógeno (interna) ou exógeno (exterior). No que refere aos factores internos, a que frisar os recursos naturais que um determinado país possui, desde que estes recursos sejam bem utilizados; já os factores externos, por sua vez, incluem a diplomacia externa de um Estado, conduzida de forma eficaz e consistente, em adição às remessas enviados pelos emigrantes na economia entre outros factores importantes.

De um modo subjetivo, a política externa só pode conduzir ao desenvolvimento, se esta for seguida de uma estratégia bem definida sempre com ênfase para os objectivos do desenvolvimento.

È por esta razão, que as relações externas constituem hoje o núcleo essencial de qualquer governo impondo a necessidade de técnicas altamente especializadas e responsáveis políticos de

muita qualidade. Embora só isso não é suficiente, porque é necessário saber qualificar, definir e coordenar políticas integradas de forma consistente (Tavares, 2010) .

A política externa tem sido desde a independência o fio condutor para a prossecução dos objectivos desenvolvimentistas de Cabo Verde, contribuindo para a construção de um país aberto ao mundo, com um sistema produtivo forte e dinâmico, assente na valorização do seu capital humano, capacitação tecnológica e na sua cultura (Neves, 2002-2005).

A política externa é muito importante no desenvolvimento de um país segundo (Tavares, 2010)” (...) devido a ausência de recursos naturais e matérias-primas

A política externa como motor de desenvolvimento de Cabo Verde tem merecido um amplo consenso pelos políticos desde a independência de 1975, tendo como principais eixos da política externa, uma diplomacia ao serviço do desenvolvimento/ na era da globalização, uma política externa de afirmação de Cabo Verde no Mundo, a afirmação das comunidades cabo-verdianas no exterior, que foram ao longo dos anos os principais vetores do desenvolvimento do país.

2.4 - Programas do Governo para a política externa

Ao comparar os programas do Governo para VII Legislatura – 2006 a 2011, com o programa do Governo para VIII Legislatura – 2011 a 2016, verifica-se que no essencial que os princípios orientadores da política externa tem sido levados a cabo com grande relevância perante o Governo do PAICV que tem procurado nos seus programas dar uma dimensão internacional com certa continuidade nas estratégias de desenvolvimento, através de reformas e políticas adjacentes as condicionalidades dos países doadores, de maneira, a contribuir para a projecção e afirmação de Cabo Verde no mundo.

Dai que no Programa do Governo da VII legislatura 2006-2011, contata-se o seguinte:

“A crescente afirmação de Cabo verde no plano internacional pressupõe uma clara articulação entre a política interna e a política externa de modo a que o interesse nacional possa ser devidamente enquadrado, promovido e defendido e defendido em tudo quanto seja posicionamento externo do país. É neste contexto e com este entendimento que Cabo Verde tem vindo a procurar assegurar a sua atuação internacional, garantindo ao mesmo tempo um desenvolvimento robusto da economia e preservando a paz, a estabilidade interna e a sua segurança.”

A importância da política externa para o desenvolvimento de Cabo Verde é reconhecida expressamente nos sucessivos Programas do Governo, com destaque para os sectores chaves.

A agenda do Governo consignada no Programa do Governo da VII Legislatura 2006 – 2011 impele:

“... o aprofundamento e aceleração dos ganhos alcançados e a prossecução da caminhada para patamares mais exigentes de desenvolvimento num quadro mais e melhor Democracia, num Cabo Verde com mais Prosperidade e Futuro Melhor para todos.”

O objetivo do Governo da VIII Legislatura 2011 – 2016 é:

(...) “construir uma economia dinâmica , competitiva e inovadora, com prosperidade partilhadas por todos.”

“Afirmer a Nação global, promover a paz e a segurança global e regional e apoiar a agenda económica serão eixos fundamentais em que assentará a ação do Governo.” (PGCV, 2011 - 2016).

Os dois programas do Governo levaram a cabo objetivos extremamente ligados com o intuito para a construção de um futuro melhor para os cabo-verdianos, tanto em Cabo Verde como na Diáspora.

2.5 - Eixos da política externa cabo-verdiana

Em termos gerais, as estratégias da política externa cabo-verdiana assentam em três eixos fundamentais:

- Uma Diplomacia ao serviço do desenvolvimento na era da Globalização (PGCV, 2006 - 2011, p. 95)

“Ressaltava-se que Cabo Verde deveria incentivar o processo de desenvolvimento sustentado; importa desenvolver uma política de cooperação que leve devidamente em conta a tendência para a redução da ajuda pública ao desenvolvimento e implementar políticas capazes de contrariar os efeitos dessa redução.”

- Uma Política Externa de afirmação de Cabo Verde no Mundo (PGCV, 2006 - 2011, pp. 96,97).

“O governo procura manter uma participação mais ativa e eficaz no plano internacional, com vista a uma melhor promoção e defesa dos seus interesses e á afirmação da sua identidade no mundo envolvente um maior esforço, no sentido de garantir a concordância prática entre os princípios estruturantes da política externa e a necessidade de defesa intransigente do interesse nacional”.

- Afirmação das Comunidades Cabo-verdianas no Exterior (PGCV, 2006 - 2011, pp. 98,99).

“As Comunidades Cabo-Verdianas no exterior são parte incontornável da Nação Global que somos.” O governo tem que enquadrar condições para que as comunidades cabo-verdianas se sentem acolhidas e possa de alguma forma participar no processo

desenvolvimento económico, político e social do país, garantindo a sua integração nas diversas dimensões das políticas públicas enquanto atores ou beneficiários.”

A cultura tem sido levada a cabo com grande relevância por parte nos governantes em que constata-se que “*a Cultura de Cabo Verde, enquanto elemento fundamental da nossa identidade, deve constituir-se num importante instrumento de afirmação e projeção de Cabo Verde no mundo*” (PGCV, 2006 - 2011, p. 99).

O Governo adoptará medidas de política, para, no quadro de uma verdadeira Diplomacia Cultural desenvolvida em parceria com o sector privado, promover Cabo Verde através da sua cultura e converter a cultura numa fonte de riqueza para Cabo Verde e para os cabo-verdianos.

Em suma, quando a política externa é bem conduzida, seguindo uma linha pragmática, este contribui para o desenvolvimento, caso contrário, para além de não apresentar efeito progressivo, pode aprofundar o nível de subdesenvolvimento de um país.

Sendo Cabo Verde um país sahesiano e insular com vulnerabilidades múltiplas e de escassos recursos naturais, deve continuar a apostar na boa governação e na crescente credibilização do Estado e das suas instituições, assumindo a transparência e administrando de forma sustentável os recursos estratégicos para o desenvolvimento. E manter os fatores determinantes para o estabelecimento de parcerias e alianças de que o país precisa, seja para mobilizar recursos para programas de desenvolvimento, seja para garantir a paz, a estabilidade e uma base sólida das instituições do Estado de Direito Democrático.

A política externa, por sua vez, como meio de organização e presença de Cabo Verde no exterior, para além de defender e promover o interesse nacional nesse contexto permite ao país tomar parte ativa na dinâmica das relações internacionais.

Conclui-se que estes elementos enformadores da política externa de Cabo Verde tem por si um objetivo comum centralizado na presunção do desenvolvimento económico, político e social de Cabo Verde.

2.6 - A Diplomacia económica: o vetor de desenvolvimento da política externa de Cabo Verde

Difícilmente se poderá determinar com exatidão, no tempo e no espaço, a aplicação da vertente económica da diplomacia na era moderna. Muito embora, com a progressiva globalização dos mercados e a ausência de um adversário político claro, após o desmantelamento do bloco soviético, reconheceu-se a necessidade de dotar a política externa dos Estados de uma abrangência mais ampla.

Assim, apesar de se manter o enfoque político-estratégico, as questões de foro económico gradualmente assumem cada vez mais maior predominância nas relações entre os atores internacionais.

Para países, como é o caso de Cabo Verde, vulnerável, de pequena economia, com reduzido mercado interno, grande abertura e dependência do exterior, a componente económica da diplomacia releva de suma importância na prossecução dos objectivos não só da sua política externa bem como da sua própria existência.

Denota-se que o país em detrimento da ajuda internacional e extremamente depende do meio externo, o Governo de Cabo Verde passa a dar privilegio a estratégias que proporcionam a autossustentabilidade do país para conseguir encontrar formas alternativas de financiamento, a ariscar cada vez mais, na diplomacia económica, na inserção do país na economia mundial, como sendo o centro da política externa e a prioridade do Governo de Cabo Verde, uma diplomacia económica que visa o desenvolvimento, mobilizadora de recursos, por meio da ajuda publica dos financiamentos concessionais e por meio e parcerias ou mesmo do investimento direto do estrangeiro bem como o acesso aos mercados, promovendo assinatura de acordos comerciais, e outros instrumentos e iniciativas necessários, como os acordos para garantir a proteção recíproca dos investimentos e evitar a dupla tributação (PGCV, 2006 - 2011, p. 56).

Contudo, a diplomacia económica surge como sendo a principal adjunto da política externa, como outro meio importante para a favorecer o sustento do país.

A diplomacia económica tem sido o centro da política externa de Cabo Verde, isto é, tendo em vista o relacionamento com os Estados ou outros atores das relações internacionais, num quadro de convergência de interesses, contribuindo desta forma, para o desenvolvimento do país. O objetivo

que concerne a diplomacia económica centra-se na mobilização e captação de investimento privado do estrangeiro, o acesso aos mercados, o financiamento do desenvolvimento económico e social de Cabo Verde.

Os programas do Governo de Cabo Verde pós-abertura política (1990) e as Grandes Opções do Plano (GOP) começaram a dar primazia ao debate e à implantação de programas de cariz económica, para a inserir o país na economia mundial (...) cujo objetivo do Governo de Cabo Verde é “constituir uma economia dinâmica, competitiva, inovadora e sustentável, com prosperidade partilhada por todos” (PGCV, 2011 - 2016, p. 27).

Nesta perspetiva a política externa torna-se uma vertente incontornável na inserção e a abertura de Cabo Verde no mundo cada vez mais globalizado, competitivo e interdependente, o que torna a política externa mais evidente como abertura política e a transição para a democracia, em 1991.

Entretanto, apesar da inserção e da abertura de Cabo Verde no mundo ter-se-iam começado nos primórdios da independência, apesar disso no final da Guerra Fria com ascensão do capitalismo, permitiu, nessa altura que o país rompe com o modelo de partido único e da economia planificada, especialmente, devido a aceitação do liberalismo como o paradigma de mercado.

Em meados da década noventa, a política externa de Cabo Verde, tinha como objetivo uma diplomacia subsidiária de desenvolvimento, ou seja, que tinha como principal desígnio a mobilização recursos para o seu desenvolvimento. Hoje, em virtude das flutuações económicas das grandes bolsas de valores mundiais justificada pela mais recente crise económica-financeira que tem afetado sobretudo os países desenvolvidos, sendo estes os principais parceiros de Cabo Verde, e devido à recente graduação do arquipélago de Cabo Verde para a categoria de País de Desenvolvimento Médio (2008), verifica-se uma mudança de discurso e a diplomacia económica surge como novo vetor central da política externa de Cabo Verde, sendo motivo de uma intensa propaganda política.

Devido as privatizações das empresas estatais em Cabo Verde, procedente, secundarização do papel do Estado, por conseguir fomentar e a priorizar o sector privado o arquipélago de Cabo Verde começou a ser visto com outros olhos, de maneira, a se transformar num polo de atração de investimentos externos.

De 1975 à atualidade, Cabo Verde tem tido grandes progressos na economia, porém ainda continua com os constrangimentos, resultantes não só da dificuldade em fazer do investimento o

verdadeiro motor do crescimento económico, mas também em implementar reformas estruturais que sustentam o desenvolvimento desejado. A diplomacia económica tem recebido grandes impulsos nos últimos por parte do Governo, que elegeu como desígnio o investimento direto do estrangeiro (IDE). Não esquecendo a importância que IDE atribui para o desenvolvimento de Cabo Verde criando-se, novos mecanismos direcionadas a sua atração e mobilização. Tendo como exemplo, a diplomacia económica, que não é exclusiva do Ministério das Relações Exteriores (MIREX). Ela envolve um conjunto de atores intragovernamentais tais como o Ministério das Finanças, Ministério das Infraestruturas e Economia Marítima, o Ministério do Turismo, Indústria e Energia, o Ministério das Comunidades, Agência de Desenvolvimento Empresarial e Inovação, Cabo Verde Investimentos, entre outros.

È perceptível uma necessidade eminente em apostar no IDE, de maneira, a alargar o mercado cabo-verdiano, sobretudo no sector do turismo e dos serviços, colaborando assim com o programa do Governo, na inserção dinâmica do país na economia mundial (PGCV, 2011 - 2016, p. 27).

O primeiro código de investimento externo estrangeiro, criado em 1933, dispunha de um conjunto de incentivos que visam atrair o maior número possível de investidores ao país, embora, pouco foi o proveito dele obtido. Victor Reis citado por (Carvalho, 2013, p. 76) diz que o atual programa do Governo fornece um leque de projetos com a vista a fazer de Cabo Verde um país atraente para os investidores quer sejam eles Estados ou multinacionais, face à limitação progressiva das remessas dos emigrantes e diminuição da APD. Com a passagem de PMA para PDM, tornou-se necessário criar medidas inovadoras para que o país possa prosseguir e alcançar o desenvolvimento desejado. Com a transição para PDM, Cabo Verde deixou de beneficiar de uma série de vantagens que a condição de país pobre lhe possibilitara, nomeadamente os empréstimos concessionais a baixa taxa de juros, assim como dos benefícios que alguns programas das agências das Nações Unidas como o Programa Alimentar Mundial (PAM). Por outro lado elaborou estratégia de transição suave que será implementada no decurso do período transitório (...) em que foi criado um Grupo de Apoio à Transição (GAT) (SGNU, 2007, p. 2), constituído pelos principais parceiros do país com abertura para todos os outros países.

A diminuição da dependência das ajudas e dos fluxos externos torna-se cada vez mais explícitos nos instrumentos de planificação do Governo de Cabo Verde, cujo objetivo é garantir uma transição sustentável sendo isso possível através da construção de uma economia dinâmica, competitiva e inovadora (PGCV, 2011 - 2016, p. 27). A autossustentabilidade, o aumento das

exportações e uma maior dinamização do mercado interno, são as opções que o governo terá que prevalecer no sentido de reduzir essa dependência adversa, porém, o modelo de desenvolvimento de Cabo Verde combina ainda com as peculiaridades de uma economia MIRAB⁷, esse termo refere-se às economias cujo funcionamento é dependente das remessas dos emigrantes e da APD, constituindo um novo desafio às autoridades cabo-verdianas, João Estevão citado por (Carvalho, 2013, p. 77). O desafio é fazer com que a diplomacia económica abrange uma dimensão maior na medida em que se articule com o sector privado, desenvolvendo um ciclo virtuoso em que os vários segmentos do mercado cabo-verdiano se alavanquem em prol da internacionalização, da atração do IDE resultantes na incrementação das exportações, como nos serviços, no turismo, efetivando estratégias de longo prazo, efetivando um crescimento económico e social do cabo-verdiano bem como uma maior promoção do país no cenário internacional no auge da política externa cabo-verdiana, continuando a defender a paz, a segurança internacional, o reforço da utilidade e da afirmação do país no mundo pela via da diplomacia à medida, das suas expectativas e necessidades económicas.

⁷ Migração, Remessas, Assistência e Burocracia – termo criado por Geoffrey Bertram e Ray Watters

CAPITULO III - DESAFIOS DA POLÍTICA EXTERNA DO ARQUIPÉLAGO

No referido capítulo faz - se uma análise do tema tendo como diretrizes os principais desafios conseguidos em Cabo Verde através da sua política externa, relativamente a sua posição geoestratégica entre os 3 continentes já mencionados. Basicamente, este capítulo dedicar-se-á ao estudo dos maiores sucessos do arquipélago nos últimos anos.

3.1 - A conquista do programa norte-americano Millennium Challenge Account

Os avanços conseguidos por Cabo Verde têm merecido reconhecimento internacional, o que incentiva o país a continuar nesse sentido. Um desses reconhecimentos é a eleição do país para o programa norte-americano *Millennium Challenge Account* (MCA)⁸.

A conquista do supracitado programa e a consequente assinatura de um contrato com o *Millennium Challenge Corporation* (MCC) permitiram a Cabo Verde consolidar os ganhos económicos e sociais, desenvolver a capacidade governativa e construir mais infraestruturas necessárias para o tão almejado desenvolvimento.

O excelente desempenho demonstrado por Cabo Verde pode servir de exemplo para mostrar a importância e a eficácia do programa MCA e dos princípios básicos que nortearam a sua criação.

O contrato com o MCC baseado nos princípios de boa governação e liderança do país na definição da sua própria estratégia contribuiu para transformar Cabo Verde num país mais produtivo

⁸ O *Millennium Challenge Account* (MCA) é um programa do Governo norte-americano que se destina a combater a pobreza mundial através de ajuda financeira aos países com maior dificuldade. O Conselho de Administração do *Millennium Challenge Corporation* (MCC) -Agência do Governo dos Estados Unidos que gere a iniciativa do MCA, aprovou a proposta do Governo de Cabo Verde de acesso aos respectivos fundos para o exercício de 2004. Numa lista concorrente de 75 países em desenvolvimento, Cabo Verde qualificou-se em primeiro lugar em África e segundo no ranking desse grupo de países candidatos de todos os continentes. O Programa aprovado ascende a 117,8 milhões de dólares americanos, dos quais 110,1 Milhões de dólares financiados pelo MCC e 7,7 milhões pelo Governo de Cabo Verde, o que constitui o reconhecimento do Governo norte-americano ao programa e desempenho do Governo de Cabo Verde nos domínios do investimento nos seus cidadãos, na boa governação, no incentivo à liberdade económica e na transparência da gestão dos bens públicos.

e estruturalmente engajado, capaz de tornar um parceiro ideal na economia mundial, sobretudo com a sua entrada na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Esta iniciativa do programa MCA promove o desenvolvimento sustentado através de investimentos em projetos rentáveis no sector privado e na capacitação nacional.

Foi neste quadro que o Governo de Cabo Verde apresentou o seu programa de candidatura que foi aprovado pelo MCA, cujo objectivo principal consiste no seguinte:

- Aumento da produção;
- Melhorar a integração do mercado nacional e a redução do custo de transportes através da melhoria da rede de estradas rurais e pontes, e a ampliação dos Portos;
- Apoio ao desenvolvimento do sector privado através da promoção e do investimento público e privado nos sectores prioritários do desenvolvimento, da reforma do sistema de intermediação financeira e do aumento da concorrência no acesso aos títulos do Tesouro.

A eleição de Cabo Verde em 2004 para o programa MCA ocorreu no seio dos Países Menos Avançado (PMA), mas já nas vésperas da graduação do país para a categoria dos Países de Desenvolvimento Médio (PDM). Esta eleição constitui prova de reconhecimento pela forma como o país vem administrando os apoios internacionais e também não deixa de estar associada à graduação do país que veria acontecer em Dezembro de 2004.

(...) Cabo Verde foi o único país a quem o governo dos EUA confiou a gestão direta dos fundos MCA e que conseguiu pela segunda vez consecutiva o seu pacote (Neves, 2010) .

3.2 - Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio

As razões para a entrada de Cabo Verde para a OMC⁹ constituem um elemento estratégico para a transformação do nosso país, pois, passa a funcionar como um “*Gateway*”¹⁰ para a África e

⁹ A OMC é um órgão internacional de finalidade política económico-social, de carácter intergovernamental independente e de cooperação entre os seus Membros, criado em 15 de Julho de 1994, com o final da chamada Uruguai Round, do GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*). São seus objectivos: administrar a implementação de acordos comerciais multilaterais na área do comércio internacional; servir de sede para essas negociações; administrar um sistema de regras e procedimentos relativos à solução de controvérsias comerciais que não está limitada aos países Membros; administrar o mecanismo de Revisão de Políticas Comerciais dos países Membros

¹⁰ *Gateway*, ou porta de ligação, é uma máquina intermediária geralmente destinada a interligar redes, separar domínios de colisão ou mesmo traduzir protocolos.

para o Mundo, aumentando desse modo o seu prestígio internacional, com facilidades de acesso a outros mercados e ainda a possibilidade de prestar serviços “*offshore*”¹¹.

Para alcançar esse desiderato, o país terá de melhorar ainda mais a boa governação, facilitar, modernizar e utilizar as novas tecnologias de informação e comunicação nas diversas instituições, principalmente naquelas ligadas ao comércio, prestação de serviços e turismo, igualar as oportunidades de negócio e promover investimentos, produtividade e competitividade.

O Governo de Cabo Verde solicitou a adesão do país à Organização Mundial do Comércio (OMC) em Novembro de 1999 e na sua reunião de 17 de Julho de 2000, ao abrigo do artigo XII do Acordo de Marraquexe que institui a OMC, o Conselho Geral desta organização estabeleceu um Grupo¹² de trabalho para examinar o referido pedido.

O pedido de adesão de Cabo Verde à OMC foi feito na qualidade de Países Menos Avançado (PMA)¹³, cujo um dos objetivos seria alargar a sua área de atividade económica. Decorrido quase um década após o pedido o mesmo veria a ser aceite e o país passou a ser membro efetivo da OMC a partir de 2008, com aprovação do Protocolo de Adesão, a 18 de Dezembro de 2007, durante a reunião do Conselho Geral da OMC, realizada em Genebra - Suíça.

O protocolo de Adesão, aprovada pela Assembleia Nacional na sua Reunião Plenária do dia 26 de Maio de 2008, através da Resolução nº 73/VII/2008, de 19 de Junho de 2008, foi publicado no Boletim Oficial nº 22/08. Seguindo o protocolo de adesão à OMC, Cabo Verde foi aceite como o 153º membro de pleno direito da Organização no dia 23 de Julho de 2008.

Uma das vantagens dessa adesão, tem a ver com a diversidade de mercados de aquisição de produtos, e de maiores oportunidades, que o país passará a beneficiar, com tendência para a redução dos preços, devido à maioria concorrência que poderá também ser estimulada a nível nacional.

Esta adesão de Cabo Verde à OMC foi considerada uma nova era para o país, constituindo um elemento essencial da estratégia para a inserção no mercado global, que se apresenta como um

¹¹ Atividade «*offshore*» - é uma atividade económica dirigida para os mercados externos, a ser exercida exclusivamente com não-residentes, através de operações denominadas noutra moeda.

¹² O grupo teve como base da discussão e análise um conjunto de elementos à sua disposição, nomeadamente um memorando sobre o regime de comércio externo de Cabo Verde as perguntas apresentadas pelos membros sobre o regime de comércio externo de Cabo Verde e as respetivas respostas, e outras informações fornecidas pelas autoridades cabo-verdianas.

¹³ Foi o primeiro país africano e o terceiro na qualidade de País Menos Avançado a aderir à Organização Mundial do Comércio pela via negocial.

Desafio de maior incremento para Cabo Verde, nomeadamente em matéria de boa governação e de modernização, além de harmonização de leis, mais consentâneas com mercados externos, isto porque se regista algum receio enorme de investidores de países desenvolvidos em relação aos países subdesenvolvidos, sobretudo em relação à África, onde existe uma certa e muitas vezes errada percepção de imprevisibilidade legislativas.

Este acordo, no qual Cabo Verde é signatário permite ao país comercializar os seus produtos no mercado europeu, com tarifas competitivas, comprometendo-se a aplicar tarifas abaixo dos 40 por cento para os produtos agrícolas e, próximas de 30 por cento para os produtos não agrícolas.

Das vantagens da entrada do país na OMC identifica-se: a expansão do mercado; a criação de um ambiente de negócio seguro e estável; o acesso aos mercados de bens e serviços dos restantes membros da organização de forma mais segura e com aplicação de regras iguais para todos. A ideia imposta é que a adesão garante segurança acrescida aos investidores externos de Cabo Verde.

Tratando-se de um processo transversal, é natural haver impactos negativos, que podem ser minimizados ou, no melhor dos casos neutralizados, o caso o país estiver preparado. Assim sendo, importa destacar e analisar quais as consequências para a economia nacional que esta adesão à OMC advém, sendo que as desvantagens notar-se-ão ao nível de:

- Menor autonomia para o país, por ter de se cingir às normas da OMC;
- Maior concorrência estrangeira no país, Em termos financeiros, poderemos fazer referência ao impacto negativo que irá provocar no Orçamento do Estado a quebra de receitas dos direitos aduaneiros derivados do desarmamento alfandegário;
- Em termos económicos, poderemos destacar o impacto decorrente da concorrência dos produtos comunitários que podem comprometer sectores chave da economia cabo-verdiana, designadamente, a agricultura, a pecuária a indústria e simultaneamente, da necessidade de desarmar progressivamente as suas barreiras aduaneiras;
- Os operadores terão que normalizar a sua postura em relação aos padrões internacionais; Uma eventual descida das taxas de importação, poderá implicar o aumento das importações da União Europeia e uma repercussão negativa na capacidade produtiva do país.

De todos os desafios, o maior foi sem dúvida o de aderir à OMC antes da graduação de Cabo Verde a PDM.

Para conseguir enfrentar com otimismo todos estes desafios, o Governo de Cabo Verde já contemplou desde 2008 no seu Orçamento de Estado, uma componente significativa para o reforço da fiscalização, para dar combate a fuga e a evasão fiscal, aos "negócios clandestinos", tudo para que o país possa poder funcionar em perfeita adequação as normas e acordo da OMC.

3.3 - Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia

Na procura de sustentabilidade para o desenvolvimento de Cabo Verde a prioridade da política externa esteve sempre focalizada para a Europa, mais precisamente para a União Europeia, donde o país vem recebendo avultadas e importantes ajudas:

“A ajuda da Comunidade Europeia a Cabo Verde cedo passou a ter um cariz programático futuro. Por um lado, da necessidade sentida pelas autoridades cabo-verdianas de projetarem os impactos desses apoios no desenvolvimento futuro do país e, por outro, do desejo da União Europeia, de conferir à sua cooperação com Cabo Verde uma utilidade prática de efeitos duradouros” (Verde D. d., 2003, p. 18) .

Cabo Verde conseguiu ter junto com a União Europeia um estatuto duma parceria especial. A União Europeia (UE) é considerada um dos pilares fundamentais da política externa cabo-verdiana.

Esta Parceria Especial CV/UE deve ser analisada tendo em conta os antecedentes históricos e a percepção dos indicadores sócio-políticos e socioculturais. Cabo Verde vem cumprindo estes requisitos e *“tal como a UE defende os valores como a democracia, a defesa dos direitos humanos e a boa governação política económica e as garantias oferecidas pelo Estado de direito em vigor, e promove a paz a segurança e a luta contra o terrorismo e a criminalidade” (Verde G. d., 2008, p. 26) .*

Este assunto será mais aprofundando no capítulo V.

3.4 - Graduação de Cabo Verde a País de Desenvolvimento Médio

Cabo Verde, com os seus 40 anos como nação independente e com um Estado de direito democrático, tem dado provas de ser um país viável e credível, com uma democracia pluralista estável e uma política externa aberta ao mundo, o que lhe permite acompanhar os efeitos de globalização.

Com o seu desempenho diplomático considerado eficaz, tem vindo demonstrado grande reconhecimento de parceiros que contribuem para a continuidade do seu desenvolvimento.

A economia cabo-verdiana cresceu muito nos últimos anos, tudo isso foi fruto de políticas adequadas levadas a cabo pelos sucessivos Governos ao longo dos anos.

Cabo Verde foi considerado elegível para a saída do grupo dos Países Menos Avançados pela primeira vez em 1997 mas em 2000 a decisão foi adiada devido á sua alta vulnerabilidade económica e á sua forte dependência da ajuda e das remessas dos emigrantes. Foi só em 2004 que a decisão de graduar Cabo Verde ao grupo dos PDM foi finalmente tomada pela Assembleia- Geral, na sequência da recomendação do Comité de Políticas de desenvolvimento – CPD.

Pois, em 2008 foi decidida a graduação do arquipélago a PDM registou-se uma evolução considerável na economia do país. E, segundo estimativa do Banco de Cabo Verde e de outras instituições internacionais, a economia¹⁴ cabo-verdiana cresceu em 2005¹⁵, na ordem dos 6,8%.

Segundo o relatório de informação ao Secretário-Geral das Nações Unidas, sobre o processo da saída de Cabo Verde na categoria dos PMA:

¹⁴ Também no comércio externo, verificou-se um incremento de 17,5% no volume de negócio, resultante do bom andamento da exportação de bens, dos quais 45% são provenientes de recursos marinhos e 55% de serviços afectos a transportes aéreos e turismo. A evolução da balança de transações comerciais não foi de todo positiva durante o ano de 2005 devido ao impacto causado pelo aumento das importações para 353 milhões, correspondente a um acréscimo de 1% em relação ao ano anterior. Este aumento deveu-se, essencialmente, à subida dos preços do petróleo, o que se refletiu num aumento de 16% com gastos na aquisição de combustíveis.

¹⁵ Tendo o PIB atingido um total de 820 milhões de euros. Este valor resulta de uma boa dinâmica do consumo e investimento público e privado, sendo este último proveniente maioritariamente do estrangeiro, alcançando um volume de 12.1% e 6.9%, respectivamente, do PIB estimado. Nesse mesmo ano a inflação situou-se na ordem de 1,7%. Também as remessas de emigrantes aumentaram 30% face ao ano anterior, num montante de 100 milhões de euros, o que corresponde a 13% do PIB.

“Cabo Verde elaborou uma estratégia de transição suave que será implementada do decurso do período transitório com vista a evitar ao país reduções bruscas da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, da assistência técnica e das vantagens ligadas ao estatuto dos PMA e criou um Grupo de Apoio à Transição” (ONU, 2007) .

A decisão tomada pelas Nações Unidas de graduar Cabo Verde a PDM fundamentou-se no facto de o país de ter alcançado alguns critérios de saída do dos PMA.

Segundo as normas das Nações Unidas, os critérios-base para a qualificação de entrada ou saída de um determinado país do grupo dos PMA são os seguintes: critério de rendimento¹⁶; critério de capital humano¹⁷ e critério da vulnerabilidade económica¹⁸. Segundo a regra da ONU, quando um país atinge dois destes critérios, é graduado.

Cabo Verde satisfaz dois dos três critérios referidos para a saída do grupo dos PMA. Segundo o relatório da quinta sessão do Comité de Políticas de Desenvolvimento, Cabo Verde tinha um Rendimento médio de US\$1.323 e um índice do capital humano de 72, e ocupava assim o quarto lugar entre os 65 países. (...) Ressalta uma tendência positiva no que se refere ao rendimento nacional e ao índice do capital humano (ONU, 2007).

Quadro 1 - Quadro de referência dos critérios de saída de Cabo Verde do grupo dos PMA - 2003 e 2006

Rendimento Nacional Bruto em US\$			Índice de cap. Humano			Índice de vulnerabilidade Económica		
2003	2006	%var	2003	2006	%var	2003	2006	%var
1323	1487	11	72	82,1	14	55,5	57,9	4

Fonte: (SGNU, 2007, p. 6)

¹⁶ Critério de rendimento – este critério baseia-se na média do rendimento anual bruto por habitante de um dado país durante um período de três anos consecutivos.

¹⁷ Critério de capital humano – este critério assenta no índice composto de capital humano – *Human Assets Index* (HAI), constituído com base em indicadores de nutrição, saúde, educação e alfabetização dos adultos.

¹⁸ Critério da vulnerabilidade económica – este critério assenta num índice composto de vulnerabilidade económica – *Economic vulnerability Index* (EVI), que tem por base os indicadores como a instabilidade da produção agrícola; a importância económica das atividades não tradicionais como a quota da indústria transformadora e dos serviços no PIB; a instabilidade das exportações de bens e serviços; a concentração das exportações de bens e “*handicap*” inerente à reduzida dimensão.

O quadro acima ilustra a evolução dos critérios de saída dos PMA, que demonstra-se a tendência de uma evolução positiva relativamente ao rendimento nacional e ao índice de capital humano. Entretanto não constata-se o mesmo em relação ao índice de vulnerabilidade económica (critério não cumprido), em que o arquipélago enfrenta dificuldades estruturais para atingir o nível desejado, pois este terceiro critério é determinante para estabilidade económica de um país, como é o caso de Cabo Verde, em que a economia é altamente vulnerável, e é neste critério que reside um dos maiores problemas de Cabo Verde, nomeadamente a inexistência de recursos naturais, a seca e uma produção alimentar deficiente. Tendo em conta também que a relação entre as importações e exportações é profundamente desequilibradas pelo lado das importações.

A existência de uma dependência excessiva das Remessas dos Emigrantes – RE, Ajuda Pública ao Desenvolvimento – APD, o Investimento Direto Externo – IDE, tornando o país altamente vulnerável.

CAPITULO IV - A PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE – UNIÃO EUROPEIA

Nos últimos anos, esta cooperação entre Cabo Verde e a União Europeia evolui numa Parceria Especial, a qual pretende-se abordar neste ponto, através de um enquadramento histórico e teórico com o objectivo a dar a conhecer melhor esta relação bilateral.

4.1 - As Relações Cabo Verde/ União Europeia: Um breve historial

Cabo Verde e a UE estreitaram as suas relações desde os primórdios (séc. XV) que remontam á data da independência de Cabo Verde.

Desde então essa relação tem sido incessante baseada nas relações humanas e afinidades culturais. Esta relação deve-se a vários factores, nomeadamente por Cabo Verde ter sido uma ex-colónia portuguesa, por ser um país de paz que defende os valores como a democracia, a defesa dos direitos humanos e a boa governação política e económica e as garantias oferecidas pelo Estado de Direito em vigor, por ser um país de emigração em que uma percentagem significativa vive na Europa e por ser um país que está inserido num continente que tem uma relação histórica com a Europa. Segundo o Relatório da PNUD sobre os Indicadores do Desenvolvimento Humano¹⁹, Cabo Verde é um dos países da África mais bem posicionado.

Este relacionamento foi adquirida através da institucionalização política que iniciou-se com a Convenção de Lomé I a que o arquipélago aderiu dois anos após a sua independência, em 1977²⁰, e as seguintes Convenções de Lomé (I, II,III e IV) e as quais foram substituídas em 2000, pelo Acordo de Cotonou²¹, constituindo a UE um dos principais parceiros do país, principalmente se associar a vertente bilateral²² à multilateral²³.

¹⁹ Ocupa 121º lugar, ocupando o grupo dos países considerados com Desenvolvimento Humano Médio, a mais bem posicionada em relação aos restantes Estados dos PALOP'S, estando a frente de quase todos os Estados africano.

²⁰ Cabo Verde faz parte dos países ACP.

²¹ O Acordo de Cotonou é um acordo comercial entre a União Europeia e os países ACP. Assinado a 23 de Junho de 2000 em Cotonou, Benim, este acordo entrou em vigor 1 de Abril de 2003 visando ir regular a relação ACP-UE pelo menos até 2020, Sendo que afectará mais de 100 estados: os 25 Estados-membros da UE e os 77 países ACP e sucede à Convenção de Lomé. O objectivo primordial do acordo é a redução da pobreza até à sua erradicação, o desenvolvimento sustentável, e a integração progressiva e faseada dos países ACP na Economia Mundial. Trata-se da base para assinatura dos programas nacionais e regionais de cooperação nos países ACP, denominados respectivamente por Programas Indicativos Nacionais (PIN) e Programas Indicativos Regionais (PIR). As atividades ou projetos de cooperação que sejam identificados durante a fase de concepção desses programas beneficiam de subvenções programáveis do Fundo Europeu de desenvolvimento (FED).

Atualmente a UE, é o parceiro que mais coopera nas ajudas externas ao desenvolvimento em Cabo Verde.

No âmbito das Convenções de Lomé e em específico os instrumentos financeiros adquiridos pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED)²⁴, Cabo Verde recebeu montantes de milhões de euros (ver o quadro acima) concebidos para implementação de projetos, cujo objetivo foi para a melhoria das condições de vida das populações – sendo que estas ações de cooperação com Cabo Verde incidiram essencialmente nos sectores agrícola, educativo, de saúde e do saneamento básico, da água e das infraestruturas de transportes e comunicações, bem como das capacidades institucionais. Com a assinatura do AC, tendo em conta a cooperação internacional estavam voltadas para a redução da pobreza, a Europa pretende restringir as suas intervenções, encaminhando-as para as seguintes áreas: apoio às políticas macroeconómicas, transportes segurança alimentar desenvolvimento rural, reforço das capacidades institucionais (boa gestão dos negócios públicos e garantia do Estado de Direito) e sectores sociais como saúde e educação. Simultaneamente a UE faz um pedido claro a uma maior integração de Cabo Verde na sub-região com a justificativa de que a mesma incentiva a ligação entre o comércio e o desenvolvimento **(Europeia, p. 4)**

“Cabo Verde beneficia ainda de financiamentos de projetos PALOP, FED FEDER e de fundos destinados à CEDEAO. No âmbito dos projetos PALOP, a Delegação da União Europeia em Cabo Verde é atualmente responsável pela gestão do Projeto de Apoio ao Sector da Formação Profissional²⁵. Estão em preparação os projetos “ Apoio à Melhoria da Qualidade e proximidade aos serviços Públicos dos PALOP e Timor Leste e “Apoio à Governação Económica dos PALOP e Timor Leste.” Concernente ao FED-FEDER, estão em curso vários projetos financiados através da cooperação com as Regiões Ultra Periféricas” (Europeia, p. 5)

No âmbito da cooperação entre a UE e Cabo Verde o sector das pescas ocupa um lugar relevante, sendo que o primeiro Acordo Geral de Pesca entre as duas partes foi assinado em 1990, daí foram rubricados vários acordos e protocolos, tendo esta cooperação um privilégio a longo prazo.

²² Cabo Verde tem profícuas relações de cooperação com inúmeros Estados europeus, nomeadamente: Alemanha, Áustria, Espanha, França, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, tanto ao nível central como através de diversos acordos de geminações. A ligação com estes Estados constitui um factor de aproximação e aprofundamento das relações entre as duas partes.

²³ Lomé I, Lomé II, Lomé III, Lomé IV e Lomé IB-bis e Acordo Cotonou.

²⁴ O FED é constituído pelo conjunto de contribuições dos Estados- membros da União Europeia destinadas ao financiamento de atividades e projetos.

²⁵ Cujo objetivo específico é reforçar as estruturas e os sistemas públicos e privados de emprego e da formação profissional dos PALOP e Timor Leste.

Relativamente ao acordo assinado em 2010, foi presumido uma montante global de 435 mil euros, destinados à implementação do sector das pescas em Cabo Verde e também para a promover a pesca durável e responsável. O qual segundo este novo protocolo, 74 navios europeus²⁶ ficam autorizados a pescar nas águas territoriais cabo-verdianas. (Europeia, p. 15)

Concluindo o exposto acima referido pode-se dizer que a cooperação entre Cabo Verde e UE desenvolveu-se, fundamentalmente, da seguinte forma:

- A cooperação estabelece-se diretamente e em várias áreas, através de um documento estratégico que regula essa cooperação;
- No quadro do artigo 156º da Convenção de Lomé e integrado no plano regional, a cooperação efetiva-se através de um Programa Indicativo do Quadro de Cooperação PALOP/UE; e
- Integrado no Grupo dos países da ACP, Cabo Verde beneficia de privilégios especiais que são concedidos aos países que fazem parte do referido grupo ACP/UE.

Isto denota-se que a dinâmica de ajudas e cooperação entre a UE e Cabo Verde, é histórica e com a transição política e económica passou a ter novos contornos, cujo objetivo é elevar as suas relações a um novo patamar, ou seja ultrapassar a tradicional relação doador/receptor, a uma Parceria Especial.

4.2 - O Que é a Parceria Especial CV\UE

A UE tem um acordo global com todos os países da ACP no quadro do Acordo de Cotonou de que Cabo Verde é signatário. Cabo Verde solicitou à UE uma nova orientação a esse relacionamento clássico, de onde resultou a Comunicação da Comissão ao Parlamento e ao Conselho sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde dirigida ao Conselho dos Assuntos Gerais e Relações Exteriores da União Europeia (UE) e ao Parlamento Europeu, adoptada em Novembro de 2007 (Verde G. d., 2008, p. 26)

²⁶ No referido protocolo, as autoridades cabo-verdianas engajaram-se 80% da contribuição financeira do acordo à implementação de uma política sectorial para as pescas. O acordo de pescas entre a UE e Cabo Verde permite aos navios europeus pescarem espécies altamente migratórias nas águas cabo-verdianas. Todavia, nenhuma captura efectuada por navios europeus da UE em Cabo Verde representa mais de 0,2% de capturas de *stocks*.

Esta nova orientação ganhou a designação de Parceria Especial, anunciada em Bruxelas a 24 de Outubro de 2007, após o desejo manifestado do Governo e a sociedade civil de Cabo Verde que as relações entre Cabo Verde e a União Europeia evoluíssem no sentido de uma "Parceria Especial", baseada nos moldes do Acordo de Cotonou esta parceria surge como um conceito novo na relação UE/ACP, e tem como base um diálogo contínuo sobre a evolução de Cabo Verde e introduz novas dimensões no relacionamento com a UE.

“Ela pretende ultrapassar a mera relação de dador-beneficiário e abarcar outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, de modo a permitir um grau de cooperação significativamente maior, que possibilite a Cabo Verde participar progressivamente nalgumas políticas e programas da EU (Verde G. d., 2008, p. 26).

Para Cabo Verde a Parceria Especial, que pretende ultrapassar o quadro tradicional de ajuda ao desenvolvimento, deve constituir um instrumento de apoio ao processo de evolução do país, em harmonia com a sua Estratégia de Transformação²⁷.

A Parceria Especial se afigura como um marco histórico sem precedentes na história diplomática do arquipélago porquanto possibilita, por um lado, a intensificação do diálogo político, a convergência económica, técnica e normativa com a UE, e, por outro, o acesso aos instrumentos financeiros de cooperação disponibilizados pela Europa para garantir a sustentabilidade do seu desenvolvimento enquanto nação insular e arquipelágica.

A própria Parceria Especial acentua com particular acuidade a abertura do arquipélago em matéria de segurança, defesa e combate às ameaças transnacionais como “um dos seus principais pontos fortes no processo de aproximação à UE”: por um lado, Cabo Verde negocia a sua plataforma continental e as potencialidades geoestratégicas que lhe subjaz em prol de um projeto político manifestamente desenvolvimentista e, por outro lado, a União Europeia revaloriza, do ponto de vista geopolítico, a localização geográfica privilegiada do arquipélago, na encruzilhada atlântica, atendendo aos seus interesses estratégicos e securitários.

Dois princípios fundamentais presidem a retórica pública, o argumentário político e o discurso legitimador da Parceria Especial entre o arquipélago de Cabo Verde e a UE: segurança e desenvolvimento. A agenda de transformação social e económica do país e a prossecução do

²⁷Esta Estratégia visa a edificação de uma economia aberta e estável, com uma elevada qualidade de gestão e baseada em normas, mecanismos e instrumentos que melhorem a credibilidade interna e externa do seu funcionamento, sintonizando o sistema económico europeu com o cabo-verdiano.

desenvolvimento sustentado das ilhas requer a eficiente mobilização de recursos, cuja compartição da UE deve-se sobretudo à relevância atribuída pela sua cultura estratégica aos aspectos securitários.

As contrapartidas do arquipélago advêm das suas potencialidades em termos de segurança e defesa, já que ocupa uma posição de charneira no Atlântico Médio e na encruzilhada que separa, a Sul, a linha divisória entre a União Europeia e a NATO, enquanto a Europa terá conferir como moeda de troca, instrumentos susceptíveis de financiar o desenvolvimento económico do país.

Esta Parceria Especial, segundo (Costa S. , 2011, p. 244) ela estrutura-se, do ponto de vista hermenêutico e analítico, em torno de três esferas fundamentais: a esfera da significação (histórica, cultural, política, identitária e ideológica); a esfera económica (acesso aos fundos comunitários de apoio, inserção dos países europeus no mercado da sub-região africana); e, por último, a esfera securitária (salvaguarda da paz, segurança e defesa europeia/atlântica, combate às ameaças transnacionais como sejam o terrorismo internacional, a criminalidade transnacional organizada, o narcotráfico, a imigração ilegal, tráfico de seres humanos etc.)

A Parceria Especial Cabo Verde/UE comporta, ainda, uma esfera eminentemente securitária cuja estruturação decorre das potencialidades geopolíticas e da revalorização geoestratégica do arquipélago no concerto das nações, no que tange ao combate às ameaças transnacionalmente organizadas, o terrorismo internacional, o narcotráfico, a imigração ilegal, o tráfico de pessoas, o branqueamento de capitais e outras formas de criminalidade financeira e económica. A esfera securitária afigura-se como de maior interesse para a União Europeia, e reforça a utilidade política do arquipélago nos domínios da segurança e defesa europeia/atlântica, porquanto Cabo Verde procura também promover a paz, a segurança e a luta contra o terrorismo e a criminalidade.

Cabo Verde partilha com a UE várias prioridades estratégicas, nomeadamente no que diz respeito a certas questões relacionadas com a segurança, como a luta contra os tráficos ilegais (droga, imigração clandestina etc.)

A questão da mudança do paradigma relacional entre Cabo Verde e a UE foi trazido a baila pelo professor Adriano Moreira e pelo Ex. Presidente da República portuguesa Mário Soares que, em 2005, propusera a adesão de Cabo Verde a UE, criando bulha na sociedade cabo-verdiana, tendo sido esgrimidos argumentos a favor²⁸ e contra²⁹ essa hipotética possibilidade.

²⁸Em Março de 2005, Mário Soares e Adriano Moreira m apresentaram na Sociedade de Geografia, em Lisboa, uma a petição defendendo a adesão do arquipélago de Cabo Verde a UE, e segundo o documento, “O alargamento da União Europeia não pode ignorar a dimensão Atlântica onde Cabo Verde interessa a Europa não apenas pela valência da

4.3 - Eixos de Intervenção por Pilar

A parceria tem por objectivo principal reforçar a cooperação política, que por sua vez alarga as suas vertentes para demais pilares como vem especificado a seguir segundo o documento de enquadramento da Parceria Especial Cabo Verde – EU (Verde G. d., 2008, p. 33):

Pilar 1: “Boa Governação”

Este pilar visa a consolidação e o aprofundamento da democracia, do Estado de direito e da participação da sociedade civil na vida política do país, bem como ao reforço do diálogo político e da cooperação, em especial em matéria de democracia e de direitos humanos. São também cobertos os direitos das crianças e das mulheres, a integração dos imigrantes em situação regular e à luta contra a violência doméstica.

No que diz respeito á boa governação, a comunidade internacional, no seu todo, reconhece o elevado nível atingido por Cabo Verde desde há muitos anos.

A componente “boa governação” deste plano de ação inscrever-se-á, entre outros, na lista dos compromissos anexados ao documento de estratégia do país para o 10º FED.

Pilar 2- “Segurança e Estabilidade”

Este pilar incide sobre as seguintes vertentes: a segurança e a luta contra a criminalidade organizada transnacional (cooperação no âmbito da luta contra o terrorismo, o tráfico de seres humanos e o tráfico de migrantes, o tráfico ilegal de droga e de armas e o branqueamento de capital), promovendo o respeito pelos direitos humanos; a gestão eficaz dos fluxos migratórios, incluindo a melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país (remessas dos emigrantes), e a luta contra os fluxos ilegais; a segurança marítima.

segurança e defesa, mas também, e antes disso, por ser a melhor expressão das sínteses culturais que a experiência euromundista produziu”, constituindo “uma plataforma excepcional para a relação Euro – africana”.

²⁹Germano Almeida dos mais importantes escritores de Cabo Verde, foi dos primeiros a apresentar argumentos contra as ideias lançadas tanto por Mário Soares como por Adriano Moreira. Segundo Germano Almeida, Cabo Verde não faz parte de nenhum Estado da UE, é um país independente, e não se insere geograficamente no continente europeu. Cabo Verde é um país africano com fortes relações comerciais com UE e com uma história em comum com um dos seus membros (Portugal). Com quem mantém relações especiais, mais nada.

Reconhece-se que, pela sua natureza, as ações previstas no âmbito deste pilar serão organizadas e executadas numa base transfronteiriça e regional, nomeadamente através de uma aproximação às RUP no contexto da parceria especial.

Foram atingidos ganhos importantes no âmbito da Segurança e Estabilidade, em que foram tomadas medidas consistentes relativamente o recrutamento e formação de novos agentes da polícia, também o reforço de capacidades nas prisões cabo-verdianas, foi instalada o *Pass System* nos quatro aeroportos internacionais de cabo verde e tem havido um controle efetivo nas fronteiras (Europeia, p. 7).

Pilar 3: “Integração Regional”

Neste domínio, a Parceria Especial pretende valorizar a aproximação de Cabo Verde às RUP e ao resto da UE, intensificando simultaneamente as suas relações com a sub-região da África Ocidental no âmbito da CEDEAO.

No domínio da integração regional a parceria especial visa os seguintes objectivos (Verde G. d., 2008, pp. 42,43):

- Intensificação e dinamização das relações para uma aproximação com as RUP com o objectivo de melhorar a sua estrutura e aumentar o seu dinamismo e competitividade, está em consonância com a política da "vizinhança alargada";

- Ao nível da África Ocidental, pretende-se acompanhar a integração de Cabo Verde na África Ocidental, nomeadamente na CEDEAO. Um dos objectivos é promover o reconhecimento das características específicas de Cabo Verde no âmbito do Acordo de Parceria Económica (APE) entre a UE e aquela organização regional. Assistir igualmente, na medida do possível, Cabo Verde em relação aos Programas Indicativos Regionais (PIR) do FED para a África Ocidental.

Pilar 4: “Convergência Técnica e Normativa”

Visando a implementação da Estratégia Nacional de Transformação, tirando partido das vantagens comparativas de Cabo Verde, e a facilitação da aproximação às normas da UE, pretende-se estabelecer uma convergência de políticas em matéria técnica e normativa nos sectores abrangidos pelo Plano de Ação, tais como as redes e parcerias estratégicas, infraestruturas e transportes (Verde G. d., 2008, pp. 19, 20)

Pilar 5: “Sociedade do Conhecimento”

Este pilar destina-se a promover a evolução do país para a "sociedade do conhecimento". Atribui prioridade ao desenvolvimento económico, social e cultural, nomeadamente através da educação, da investigação, e apropriação/desenvolvimento das tecnologias da informação constitui um dos eixos de intervenção. Estes eixos são particularmente importantes considerando que o factor humano e a posição geoeconomia de Cabo Verde constituem factores de primeira importância para o desenvolvimento.

Pilar 6: “Luta contra a Pobreza e Desenvolvimento”

No seu componente de luta contra a pobreza, a parceria especial com a UE contribuirá, nomeadamente, para os seguintes objectivos;

- Apoio aos programas do Governo no quadro do seu Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP);

As actividades de luta contra a pobreza incluem a vertente da protecção do ambiente, a protecção dos recursos naturais e a preservação do meio marinho, incluindo a luta contra a poluição dos oceanos. O reforço da cooperação no âmbito do apoio à política nacional da pesca, e nomeadamente a luta contra a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada, contribui para a gestão sustentável dos recursos marinhos e para a preservação dos recursos, em benefício da população local dependente da pesca;

- Apoio geral ao Plano de Ação e a aproximação com a Europa visado pela Parceria Especial. Esses pilares, apesar de em essência não se afastarem muito das áreas de cooperação contempladas no AC, trazem algo de novo à cooperação entre as duas partes, sobretudo no domínio da segurança e convergência normativa, assemelhando-se aos Planos de Ação dos países integrantes da PEV, embora não adquirindo o alcance dos mesmos, abrindo caminho para um entendimento verdadeiramente *sui generis* no âmbito das relações externas da UE.

Dadas as suas particularidades, e de acordo com os objectivos preconizados por ambas as partes, a abordagem da parceria especial obedece a uma dinâmica inovadora, pragmática, progressiva e de complementaridade, consistindo na seguinte abordagem (Verde G. D., 2008, pp. 8,9):

- a. **“Política”**: atendendo a lógica desta abordagem, a parceria especial destina-se a reforçar um diálogo aberto, construtivo e pragmático que se deve traduzir em ações concretas, que são a própria essência da referida parceria. Prevê-se que o quadro estratégico global da parceria especial seja representado

por um plano de ação que cubra as prioridades previstas no processo de desenvolvimento da parceria e integre os instrumentos tradicionais de cooperação previsto no Acordo de Cotonou;

- b. **“Complementaridade”**: a referida parceria procura encontrar formas de cooperação susceptíveis de complementar e reforçar as ações tradicionais executadas até ao presente no âmbito do Acordo de Cotonou. O documento de estratégia relativo ao país e o Programa Indicativo Nacional (PIN) do 10º Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) refletirão a abordagem da parceria especial. Além disso serão utilizados outros instrumentos para apoiar a supracitada parceria, tais como o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) no âmbito da cooperação com as RUP, as rubricas orçamentais temáticas e outras rubricas orçamentais geridas pela Comissão da parceria UE/África para as infraestruturas;
- c. **“Progressiva”**: é prioritária a promoção de um processo evolutivo, de uma série de atividades de cooperação concretas, novas e complementares da atual cooperação no âmbito da luta contra a pobreza, as quais aprofundariam ainda mais as relações entre UE/Cabo Verde. O plano de ação será flexível de forma a poder ser progressivamente adaptado à evolução do país e das suas relações com a UE e países terceiros;
- d. **“Princípios da boa governação”**: o elevado nível de governação alcançado por Cabo Verde como base desta parceria especial. Um dos seus pilares é a realização de novos progressos neste domínio em consonância com a prioridade que a UE e Cabo Verde atribuem às questões relativas à governação;
- e. **“Integração regional”**: tendo em conta as características específicas de Cabo Verde, a parceria especial pretende valorizar a vocação deste país para uma aproximação às RUP e ao resto da UE, intensificando simultaneamente as suas relações com a sub-região da África Ocidental e no âmbito da CEDEAO;
- f. **“Convergência em matéria de normas e padrões europeus”**: a convergência facilitará a aproximação progressiva à UE, e às RUP em particular, e reforçará as vantagens comparativas do país.

Como se pode constatar, esta parceria especial entre Cabo Verde e UE contempla várias áreas de cooperação que caso venha a ser implementada traduzirá em ganhos importantes tanto para o arquipélago como para a UE. De acordo com os elementos constantes no comunicado, a

supracitada parceria não se limita a tradicional cooperação de doador/beneficiário, mas sim numa cooperação que traduza em benefícios mútuos, nomeadamente em áreas como a segurança, o desenvolvimento e a formação científica.

O Governo cabo-verdiano assumiu o lançamento e implementação da Parceria Especial na sua fase inicial o que requer algumas exigências por ambas as partes, obrigando a um esforço maior das autoridades cabo-verdianas no tratamento do dossier. Daí criado um Secretário Executivo no Ministério dos Negócios Exteriores (MIREX) e os mecanismos de coordenação e concertação tem sido respeitados como planeados. Também foi instituída a “Troica Ministerial Cabo Verde /UE, o que revela o esforço da UE, em expender o diálogo político e da cooperação com Cabo Verde, não obstante que este dossier tenha alguma vez estado no centro da agenda política europeia (Europeia, p. 6).

A conquista diplomática da parceria especial com a UE constitui um marco importante na política externa cabo-verdiana que passa a ter mais e melhores oportunidades de cooperação a nível bilateral e os Estados membros. No entender do atual Chefe de Governo de Cabo Verde, José Maria Neves, com esta parceria Cabo Verde pretende ultrapassar o tradicional Acordo de Cotonou e explorar novos mecanismos de cooperação que ultrapassa a lógica de doador/beneficiário da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) para explorar espaços que possam ser benéficos tanto para a Europa como para a República de Cabo Verde.

A Parceria Especial veio trazer novo alento às relações da cooperação entre as duas entidades focando, pela primeira vez interesses partilhados pelas duas partes, e é neste contexto que se avançou com o projeto da “Parceria para a Mobilidade (PpM)”³⁰, baseada na reciprocidade, tendo como objectivo facilitar o movimento das pessoas entre os seus territórios, bem como a migração ilegal. Parceria para Mobilidade representa um ganho efetivo à mobilidade dos cidadãos cabo-verdianos que poderão obter facilidades de visto para a entrada da UE para determinados grupos como diplomatas, jornalistas, entre outros. O acordo de facilitação de vistos representa para Cabo Verde uma vantagem em relação à mobilidade dos seus cidadãos no Espaço Schengen e/ou na UE,

³⁰A Parceria para a Mobilidade (PpM), decorrente da Parceria Especial, foi assinada em Junho de 2008. O acordo representa um instrumento dinâmico de cooperação que oferece um quadro, de longo prazo, para o diálogo político entre Cabo Verde, os Estados Membros signatários (Espanha, França, Luxemburgo, Portugal e Holanda) e a UE. O seu principal objectivo é assegurar de modo legal, seguro e sustentável a mobilidade entre Cabo Verde e a UE, com vista a facilitação da circulação, reintegração da diáspora, enquadramento da migração legal e prevenção da imigração ilegal.

ver a figura 1 do anexo a quanto da assinatura do acordo de facilitação de vistos no âmbito da Parceria para Mobilidade.

Porém, esta PpM só será benéfico para Cabo Verde se alcançar realmente o aumento da segurança fronteiriça, sendo também de igual modo importante para a UE porque permite, senão debelar, pelo menos diminuir as ameaças dirigidas à UE via Cabo Verde.

4.4 - Quais as vantagens desta Parceria Especial?

Perspectiva-se vantagens múltiplas e mútuas entre Europa e Cabo Verde, tais como a valorização do alcance e da intensidade da cooperação política;

- O aprofundamento das relações económicas e comerciais com a criação das condições favoráveis ao desenvolvimento do sector privado da economia, que por sua vez propiciarão o aumento de investimentos e exportações;

- Convergência da legislação e das disposições normativas em matéria económica e técnica entre Cabo Verde e a UE, o que permitirá a abertura recíproca da economia;

- Aprofundamento da cooperação com prioridade para aproximação de Cabo Verde às RUP com acesso aos mercados internos e possibilidade de participar em certas políticas e programas da UE, designadamente nos domínios abrangidos pelo plano de ação;

- Reforço da cooperação administrativa e judicial; criação de redes de informação e de base de dados comuns;

- E promoção de atividades de intercâmbio e de geminações com vista à aproximação da legislação, regulamentação das normas e práticas de Cabo Verde ao acervo comunitário em todos os domínios abrangidos pelo plano de ação.

Interpretando o conteúdo do comunicado da Comissão, a supracitada parceria perspectiva inúmeras vantagens tanto para Cabo Verde como para a UE, restando apenas desenvolver ações com vista à sua materialização.

Para isso, no que concerne ao financiamento do plano de ação, o referido documento aprovado pela Comissão prevê as proveniências das receitas da seguinte forma: uma parte dos meios

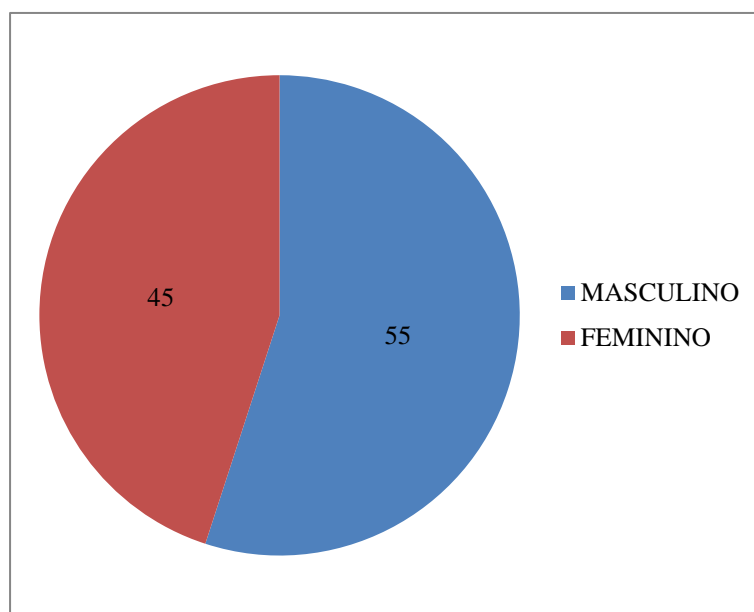
financeiros para o efeito será suportada pelo Governo de Cabo Verde e reforçado pelo FED, sendo outra parte proveniente do FEDER no âmbito da cooperação com RUP - Programa de Cooperação Transnacional MAC 2007-2013; orçamento geral da Comunidade Europeia; BEI; e a participação dos Estados membros da UE que serão convidados a contribuir para o financiamento do plano de ação. Após a conquista da parceria especial com a UE, o país terá pela frente uma longa caminhada, o que implica trabalhos árduos por parte dos governantes das ilhas no sentido de colher frutos dessa parceria. Pois, a parceria é apenas uma ferramenta de trabalho que se for usada convenientemente poderá produzir resultados importantes para a continuação do desenvolvimento sustentado do país. Esta parceria especial com a UE é fruto de um longo trabalho que tem sido feito ao longo dos anos.

CAPITULO V - ANÁLISE DE DADOS

O referido capítulo apresenta um conjunto de informações relativamente aos resultados da pesquisa no terreno, através de vários gráficos, tendo em conta tabelas em anexo. Portanto parte dessas informações recolhidas foram utilizadas na confrontação das hipóteses e também na fundamentação teórica.

5.1 - Interpretação dos dados da investigação

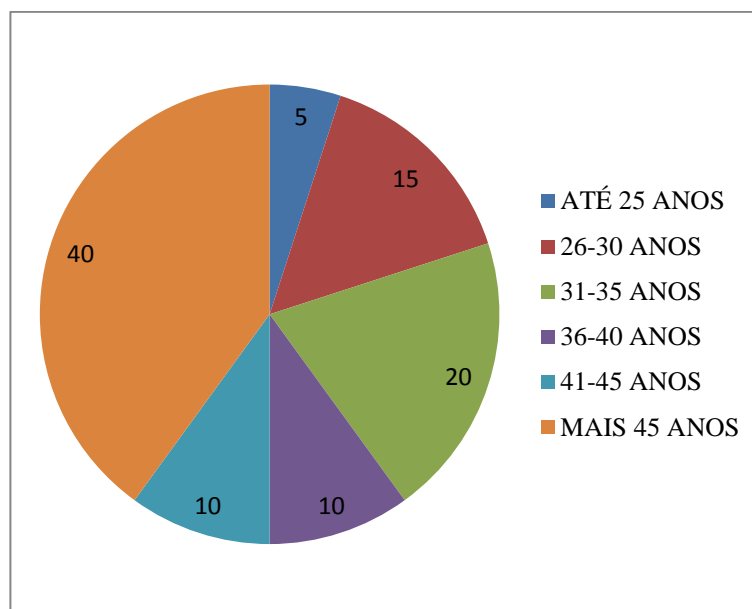
Gráfico 1 – Sexo (%)



Fonte: Tabela 2 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 55% dos inquiridos são Homens e 45% são Mulheres.

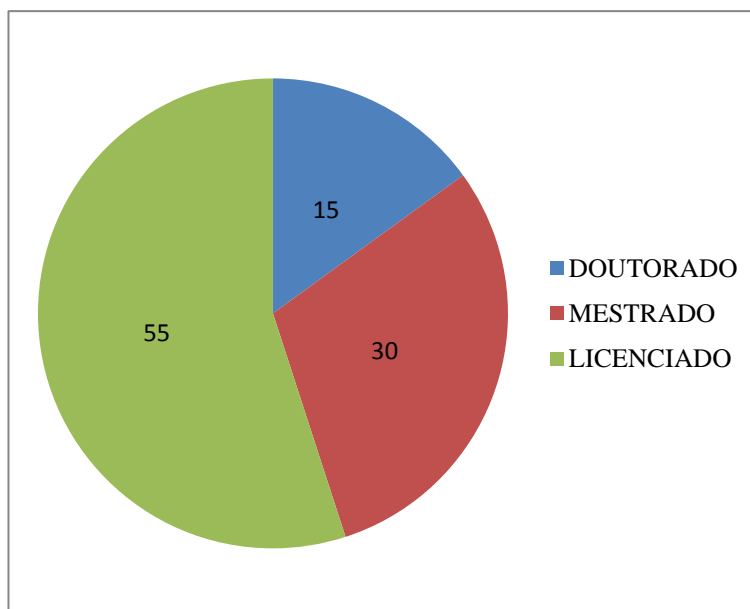
Gráfico 2 – Idade (%)



Fonte: Tabela 3 em anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 40 % dos inquiridos tem mais de 45 anos, 20 % tem idade compreendida entre os 31 - 35 anos, 15% tem idade compreendida entre os 26 - 30 anos, seguidos de 10 % com idade compreendida entre os 36 – 40 anos e também dos 41 – 45 anos e 5% com menos de 25 anos.

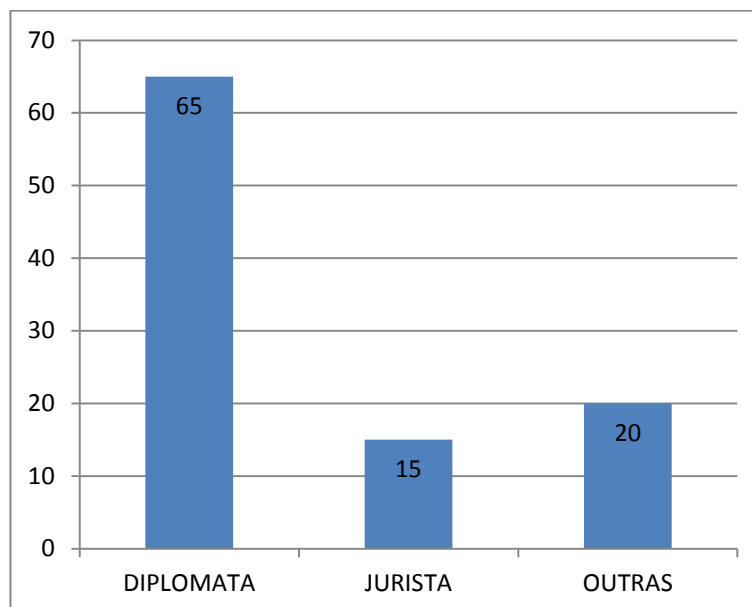
Gráfico 3 – Nível de Escolaridade (%)



Fonte: Tabela 4 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 55% dos inquiridos são licenciados, 30% são mestrados e 15% são doutorados.

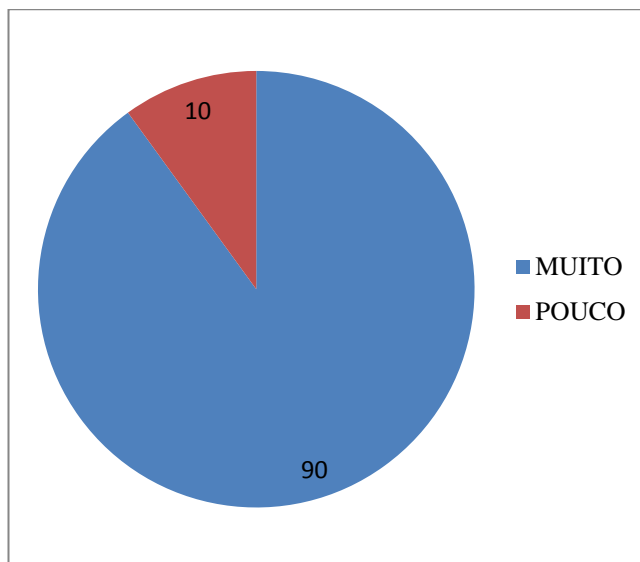
Gráfico 4 – Profissão (%)



Fonte: Tabela 5 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 65% dos inquiridos são diplomatas, 20% tem outras funções e 15% são juristas.

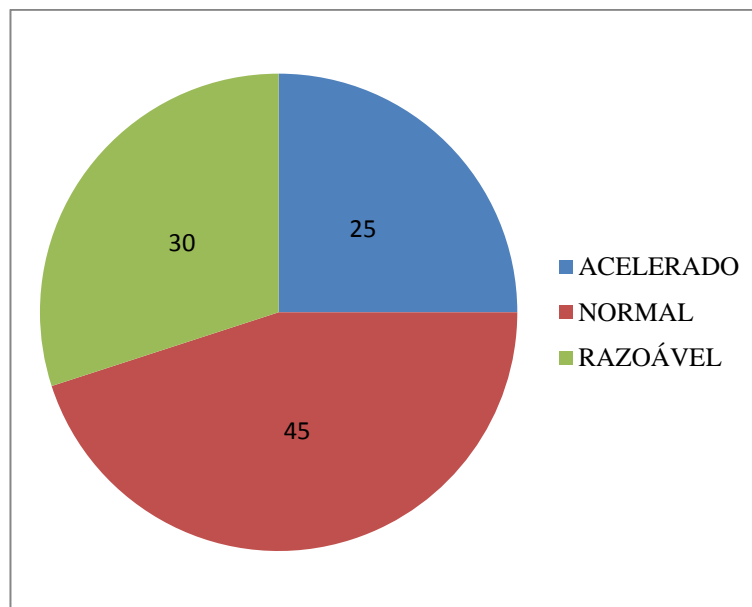
Gráfico 5 – Considera –se uma pessoa que acompanha de perto o processo de desenvolvimento de Cabo Verde (%)



Fonte: Tabela 6 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, a maior parte dos inquiridos com 90% considera acompanhar muito o processo de desenvolvimento de Cabo Verde sendo que 10% acompanha pouco o desenvolvimento de Cabo Verde.

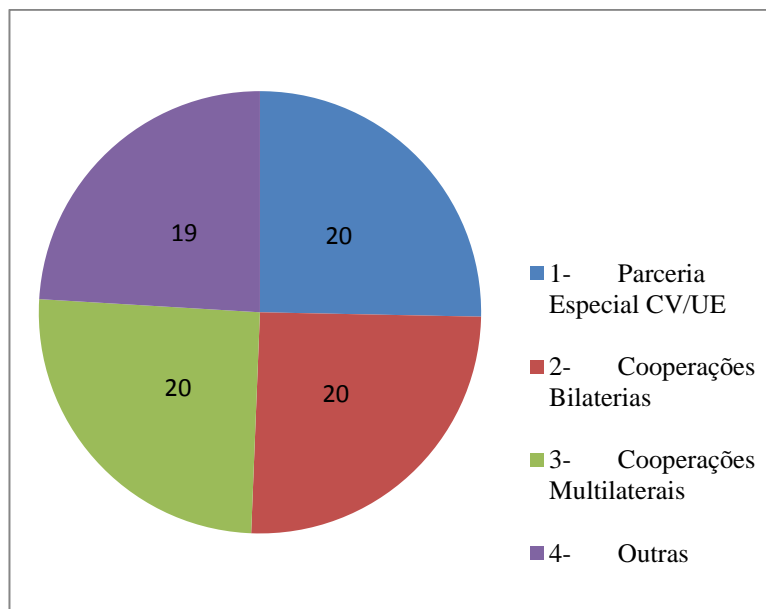
Gráfico 6- Como avalia o processo de desenvolvimento de Cabo Verde (%)



Fonte: Tabela 7 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 45 % dos inquiridos acha o processo de desenvolvimento normal, 30% razoável e 25% acelerado.

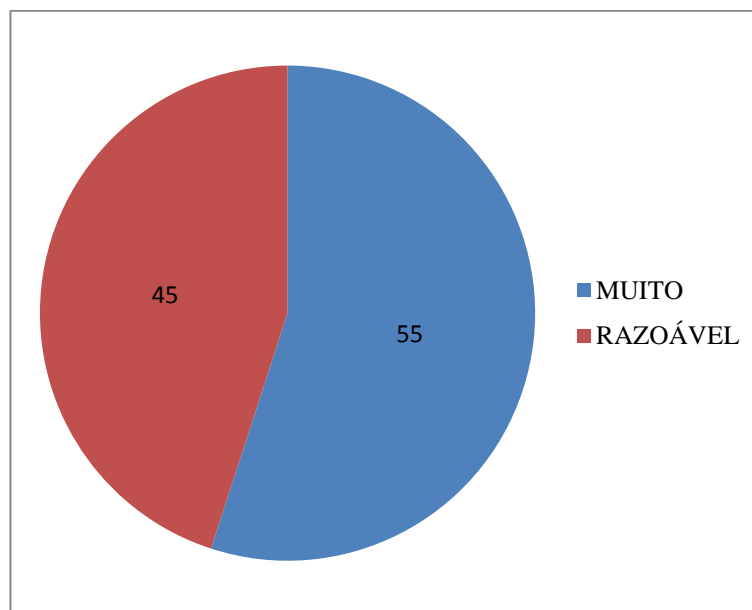
Gráfico 7- Quais as parcerias ou cooperações que Cabo Verde beneficia no âmbito do seu desenvolvimento



Fonte: Tabela 8 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 100% dos inquiridos consideram que Cabo Verde beneficia no âmbito do seu desenvolvimento da parceria especial CV/EU e de igual modo das cooperações bilaterais e multilaterais e 95% consideram também que Cabo Verde tem outras parcerias e cooperações.

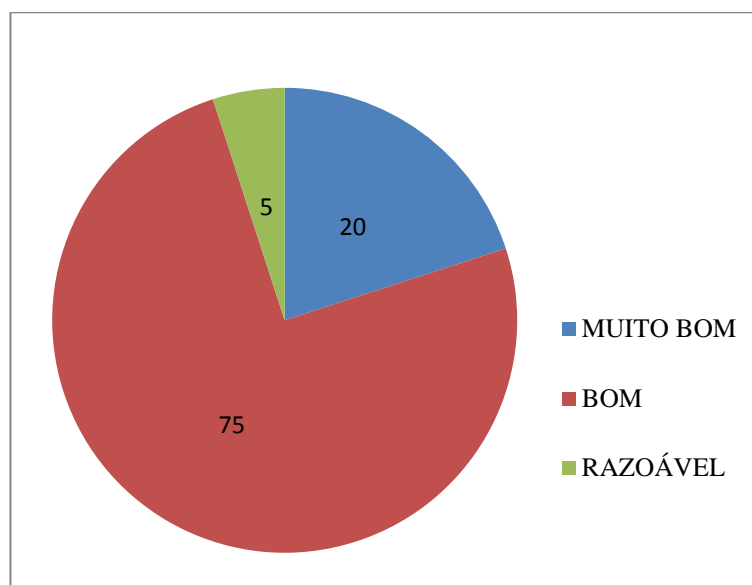
Gráfico 8 - Em que medida estas parcerias ou cooperações até agora contribuíram para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde



Fonte: Tabela 9 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 55% dos inquiridos consideram que estas parcerias ou cooperações contribuíram muito para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde enquanto que 45% acham que estas parcerias ou cooperações contribuíram razoavelmente para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde.

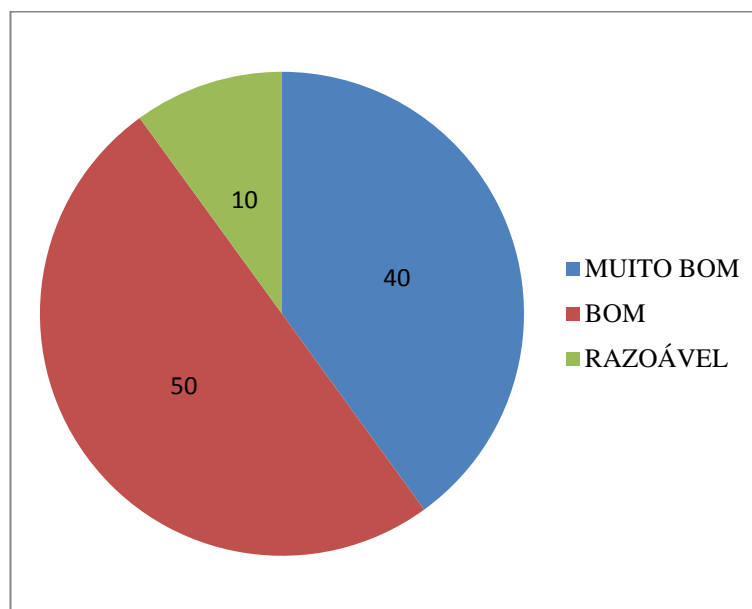
Gráfico 9 - De uma forma geral, como avalia a qualidade destas parcerias ou cooperações em Cabo Verde



Fonte: Tabela 10 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 75% dos inquiridos avalia a qualidade destas parcerias em Cabo Verde de bom, seguido de 20% que avalia muito bom a qualidade destas parcerias e 5% que acha razoável.

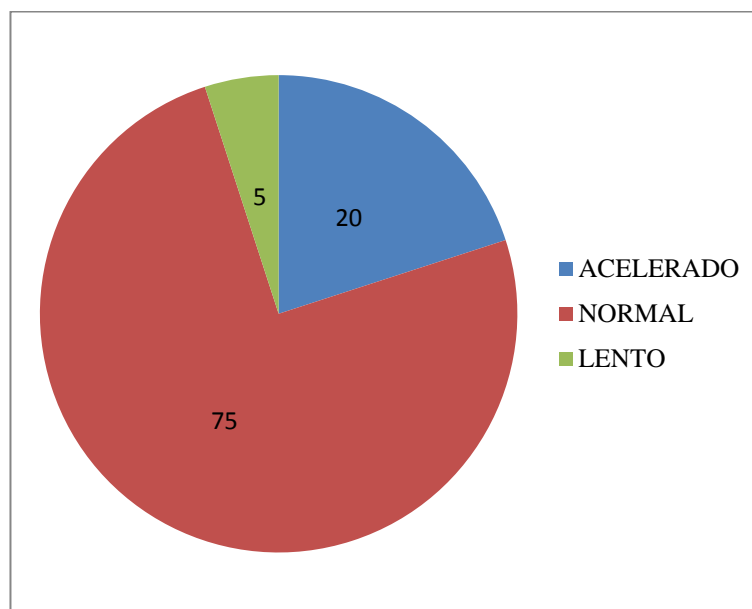
Gráfico 10 - Neste momento como avalia as relações entre Cabo Verde e a União Europeia (%)



Fonte: Tabela 11 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 50% dos inquiridos fazem uma avaliação boa das relações entre Cabo Verde e a União europeia, 40% avalia muito bom e 10% acha razoável.

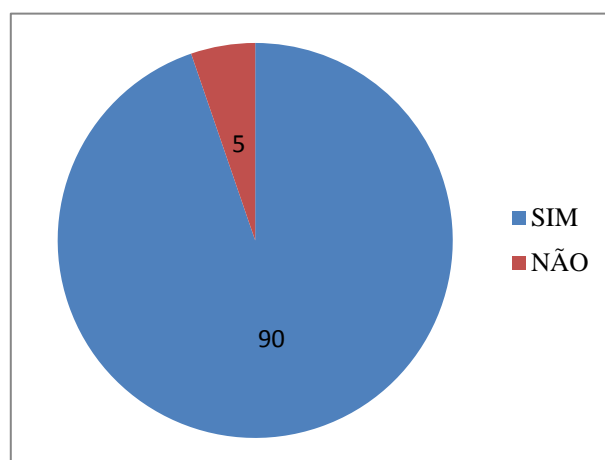
Gráfico 11 - Como tem sido o impacto da Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia (%)



Fonte: Tabela 12 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 75% dos inquiridos considera normal o impacto da Parceria especial CV/EU, seguido de 20% que considera acelerado e 5% lento.

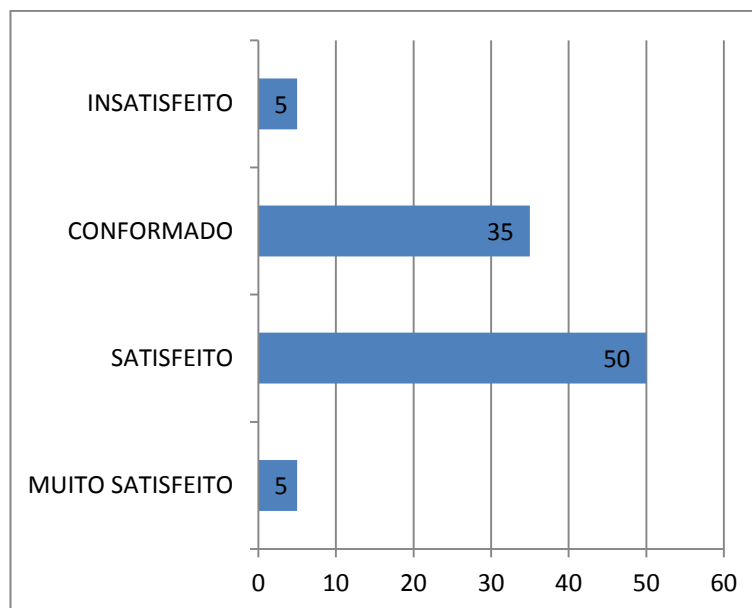
Gráfico 12 - Conheces a estrutura do plano de ação da Parceria Especial CV/UE (%)



Fonte: Tabela 13 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, mais metade, 90% dos inquiridos conhece a estrutura do plano de ação da parceria especial CV/UE, sendo que apenas 5% não conhece a estrutura do plano de ação da parceria especial CV/UE.

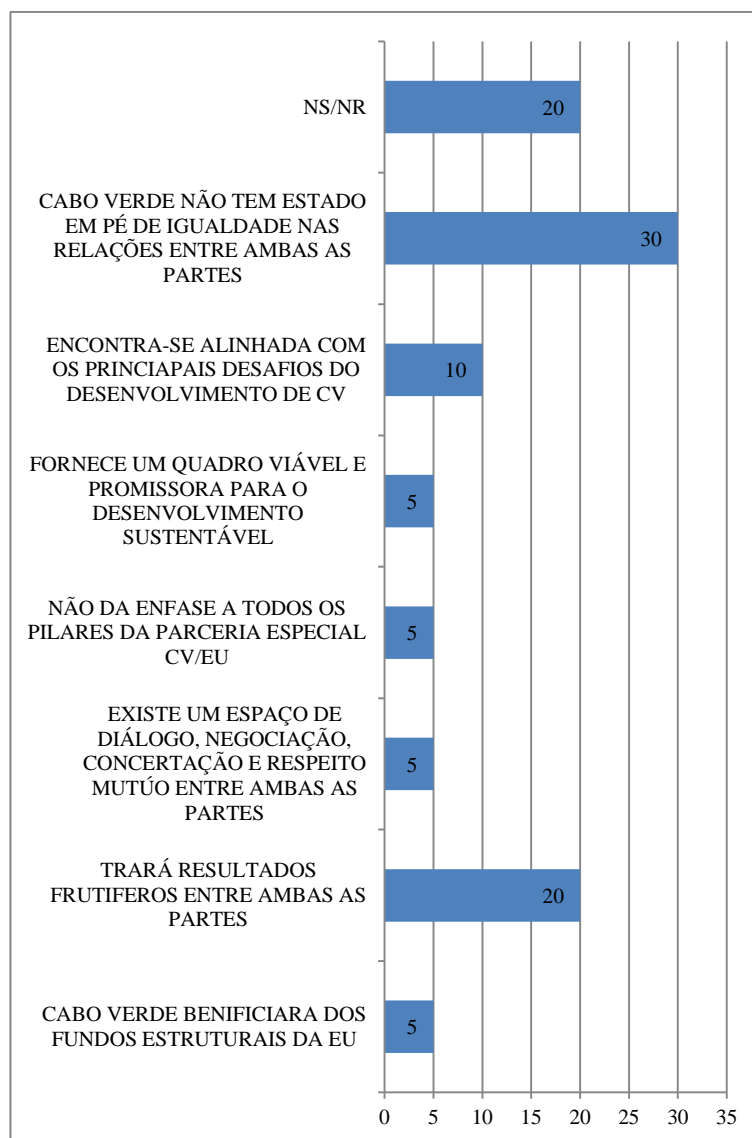
Gráfico 13 - Esta satisfeito com a estrutura do plano de ação para a Parceria Especial Cabo Verde / UE



Fonte: Tabela 14 em Anexo de Tabelas.

Segundo os inquiridos, 50% está satisfeito com a estrutura do plano de ação para a Parceria Especial CV/UE, 35% está conformado, seguido de 5% que está muito satisfeito e 5% que está insatisfeito.

Gráfico 14 - Justificativas para avaliação da estrutura do plano de ação para a Parceria Especial Cabo Verde/UE (%)

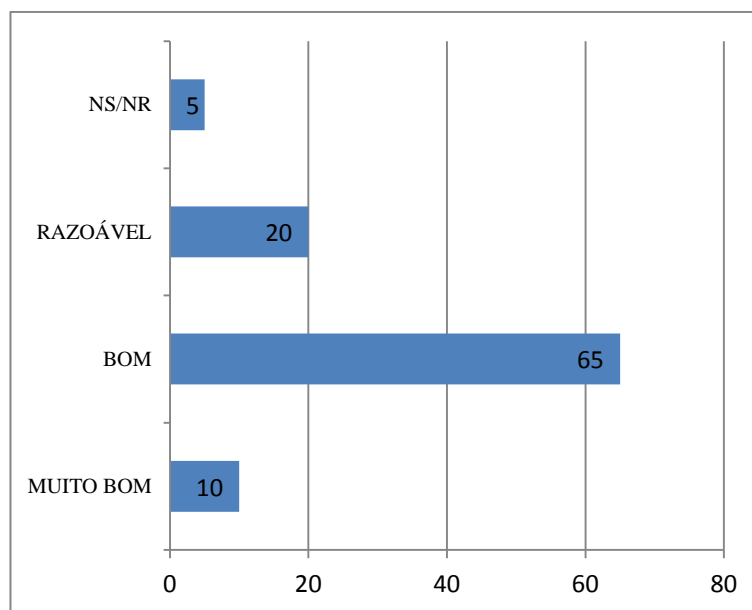


Fonte: Tabela 15 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 30% dos inquiridos diz que Cabo Verde não tem estado em pé de igualdade nas relações com a UE relativamente a estrutura do plano de ação para a parceria especial CV/UE, 20% diz que esta Parceria especial trará resultados frutíferos entre ambas as partes, 20% não conseguem justificar o porque das suas respostas relativamente a estrutura do plano de ação para a parceria especial CV/UE, 5% aponta que CV não beneficiará dos fundos estruturais da UE, 5% diz que existe um espaço de dialogo, negociação, concertação e respeito

mútuo entre ambas as partes, 5% considera que a estrutura do plano de ação da parceria especial não está bem delineado porque não dá ênfase a todos os seus pilares, 5% diz que fornece um quadro viável e promissora para o desenvolvimento sustentável e 5% diz que a estrutura do plano de ação da parceria especial encontra-se alinhada com os principais desafios do nosso desenvolvimento.

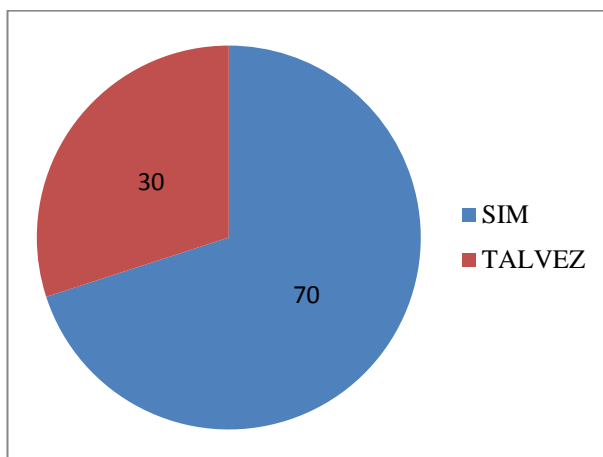
Gráfico 15 - Como avalia o acompanhamento da aplicação da Parceria Especial (%)



Fonte: Tabela 16 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 65% dos inquiridos avalia o acompanhamento da aplicação da parceria especial CV/UE de bom, 20% acha razoável, 10% avalia muito bom e 5% não souberam responder.

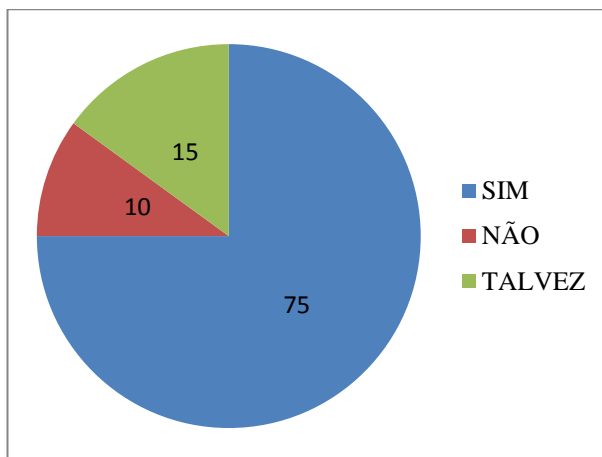
Gráfico 16 - Com a Parceria Especial CV/UE achas que a política externa cabo-verdiana passa a ter melhores oportunidades de cooperação a nível bilateral e multilateral com a UE e os Estados Membros (%)



Fonte: Tabela 17 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 70% dos inquiridos acha que com a parceria especial a política externa de CV passa a ter melhores oportunidades de cooperação a nível bilateral e multilateral com a UE e os estados membros enquanto 30% acha talvez.

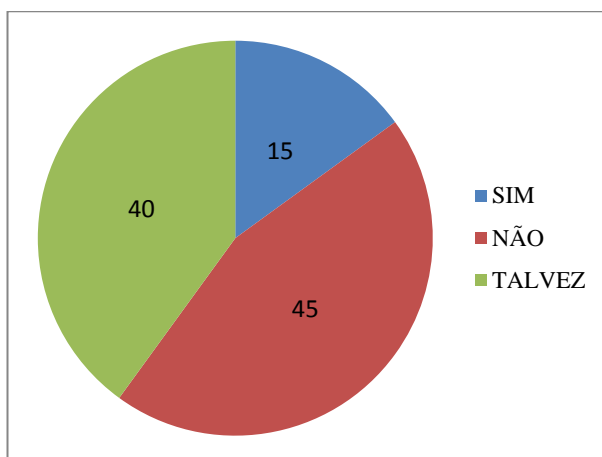
Gráfico 17 - Acha que esta parceria especial CV/UE tem sido importante para atrair investimentos para Cabo Verde (%)



Fonte: Tabela 18 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 75% dos inquiridos acha que esta parceria especial CV/UE tem sido importante para atrair investimentos para Cabo Verde, seguido de 15% que acha que talvez e 10% não acha que esta parceria especial CV/UE tem sido importante para atrair investimentos para Cabo Verde.

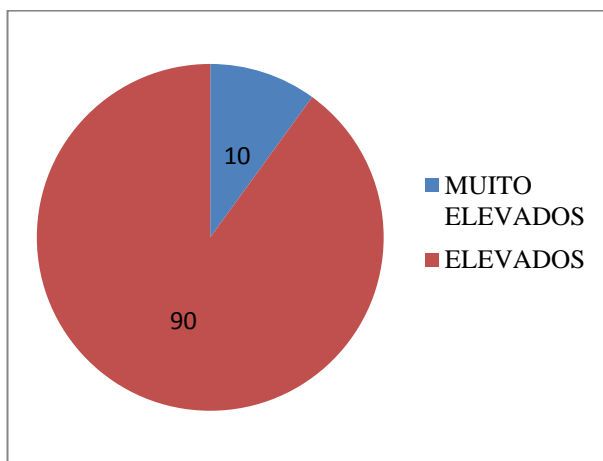
Gráfico 18 - Com a Parceria Especial CV/UE considera que haverá alguma alteração no posicionamento de CV a nível da CEDEAO



Fonte: Tabela 19 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 45% dos inquiridos acha que com a parceria especial CV/UE não haverá alterações no posicionamento de Cabo Verde a nível da CEDEAO, seguido de 40% que acha talvez e 15% considera que com a Parceria especial CV/UE haverá alterações no posicionamento de Cabo Verde a nível da CEDEAO.

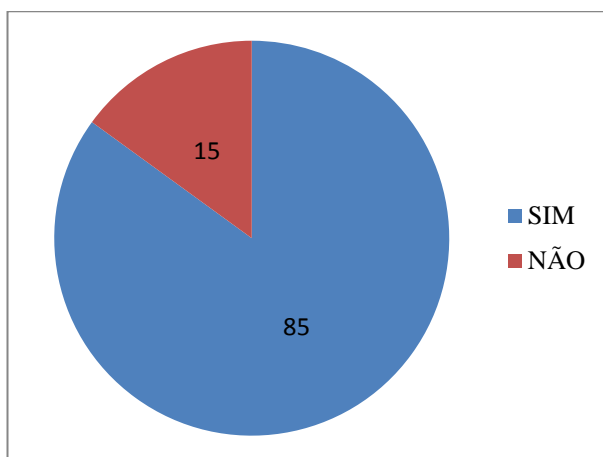
Gráfico 19 - E para a União Europeia quais são os ganhos desta parceria (%)



Fonte: Tabela 20 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 90% dos inquiridos considera que os ganhos para a UE com a parceria são considerados muito elevados, mas 10% acha que os ganhos são apenas elevados.

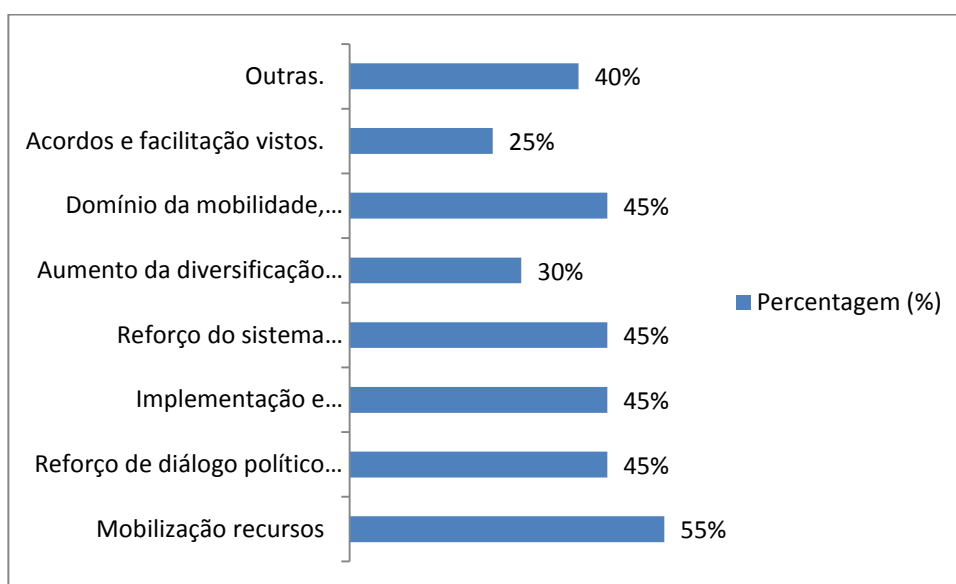
Gráfico 20 - Ainda que seja em alguns aspetos, acha que já dá para sentir algumas mudanças advindas desta Parceria Especial (%)



Fonte: Tabela 21 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 85% dos inquiridos acha que já dá para sentir algumas mudanças advindas da parceria especial CV/UE e 15% acha que não dá para sentir alguma mudança advinda da parceria especial CV/UE.

Gráfico 21 - Quais são os aspetos que já dão para sentir das mudanças advindas desta parceria especial CV/UE

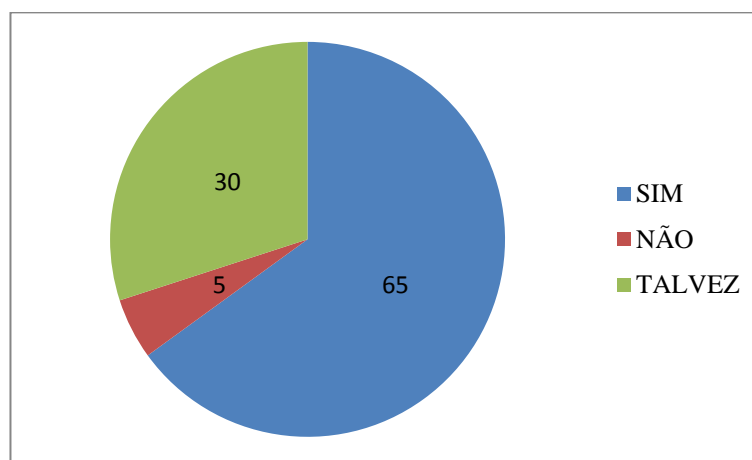


Fonte: Tabela 22 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, dos aspetos que os inquiridos consideram que já dão para sentir das mudanças advindas da parceria especial CV/UE, 55% indica a mobilização de recursos como sendo uma das mudanças referentes da parceria especial CV/UE, seguido de 45% que aponta o reforço de diálogo político e institucional estratégico entre Cabo Verde e UE, a implementação e financiamento de vários projetos estruturais, o reforço do sistema securitário e o domínio da mobilidade, segurança, relações económicas, pescas e finanças publicas, 40% aponta outras mudanças inerentes perante esta parceria especial, 30% considera o aumento da diversificação de parcerias europeias e 25% os acordos e facilitação de vistos.

Perante os dados apresentados nota-se que a mobilização de recursos com 55% foi o aspeto que teve melhor percentagem referente as mudanças advindas da parceria especial e já com menos incidência temos o acordo facilitação vistos com 25%.

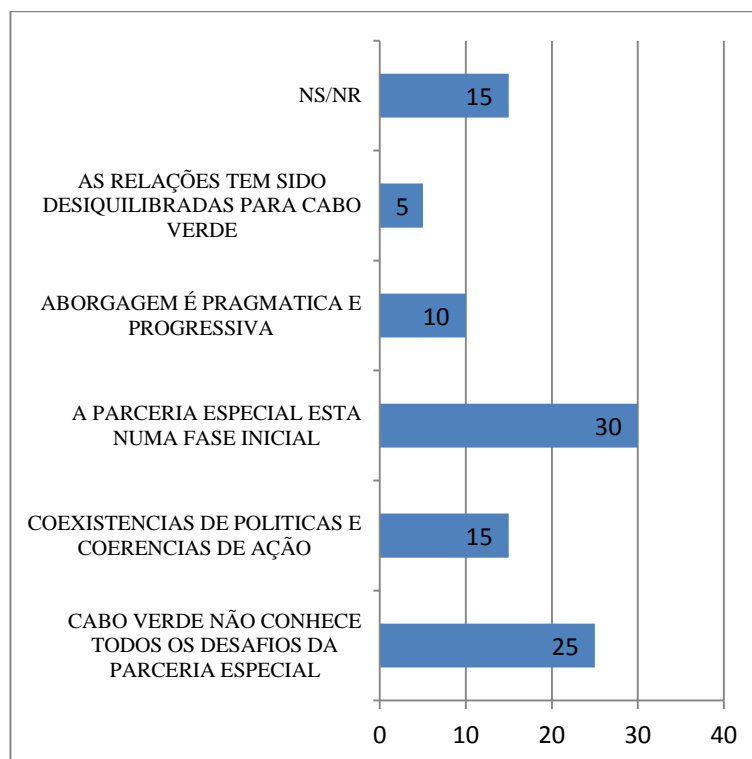
Gráfico 22 - Acha que o Governo de Cabo Verde está preparado para enfrentar os desafios que a Parceria Especial CV/UE acarreta (%)



Fonte: Tabela 23 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 65% dos inquiridos acha que o governo de CV esta preparado para enfrentar os desafios que a parceria especial acarreta, sendo que 30% acha que talvez e 5% não acha que o governo de CV esta preparado para enfrentar os desafios da parceria especial.

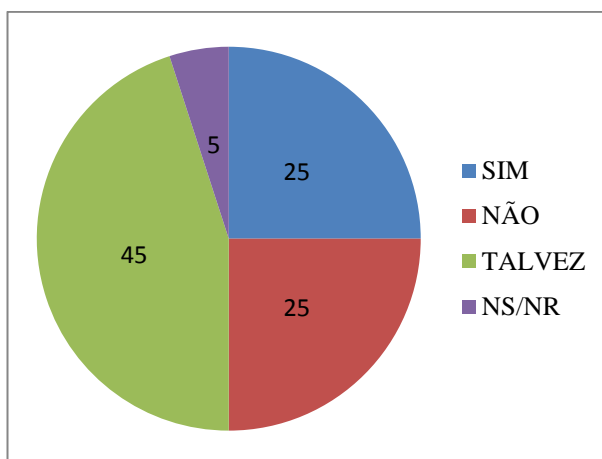
Gráfico 23 - Justificativas se o Governo de Cabo Verde está preparado para enfrentar os desafios que a Parceria Especial acarreta (%)



Fonte: Tabela 24 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 30% dos inquiridos entendem que a parceria especial esta numa fase inicial é a justificativa para analise se o governo de CV esta preparado para enfrentar os desafios que a parceria especial acarreta, seguido de 25% que considera que CV não conhece todos os desafios da parceria especial, 15% aponta as coexistências de políticas e coerências de ação, 10% afirmam a que a abordagem é pragmática e progressiva e o diálogo é construído entre as partes e 5% acha que as relações tem sido desequilibradas para CV.

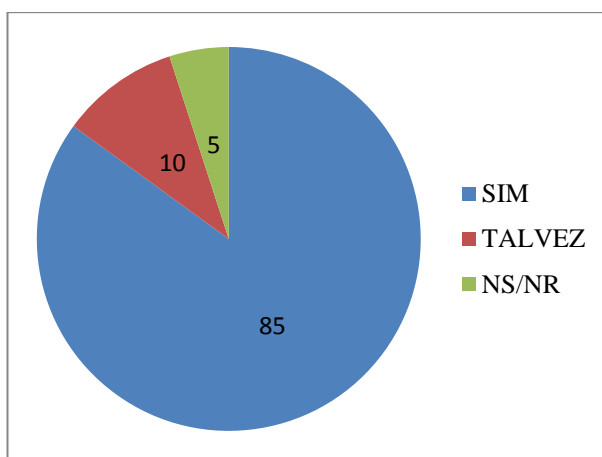
Gráfico 24 - A Parceria Especial é uma opção voluntarista da política externa de Cabo Verde (%)



Fonte: Tabela 25 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 45% dos inquiridos consideram que talvez a parceria especial é uma opção voluntarista da política externa de CV, seguido de 25% que apontam que não e 25% acha que a parceria especial é uma opção voluntarista da política externa de CV.

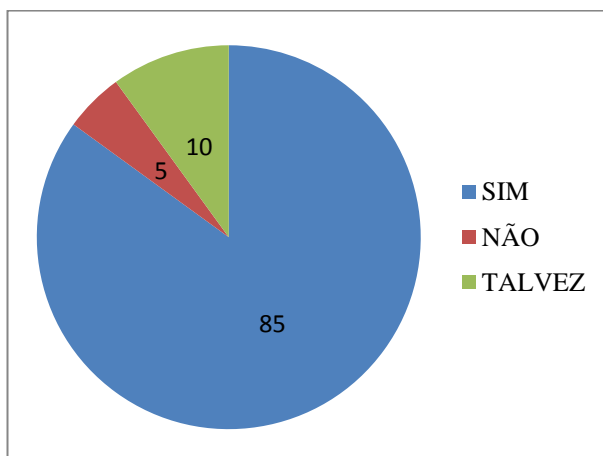
Gráfico 25 - A Parceria Especial CV/UE é um processo para relacionamento a longo prazo com a União Europeia (%)



Fonte: Tabela 26 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 85% dos inquiridos acha que a parceria especial CV/UE é um processo para relacionamento a longo prazo com a UE, sendo que 10% consideraram talvez e 5% não souberam responder.

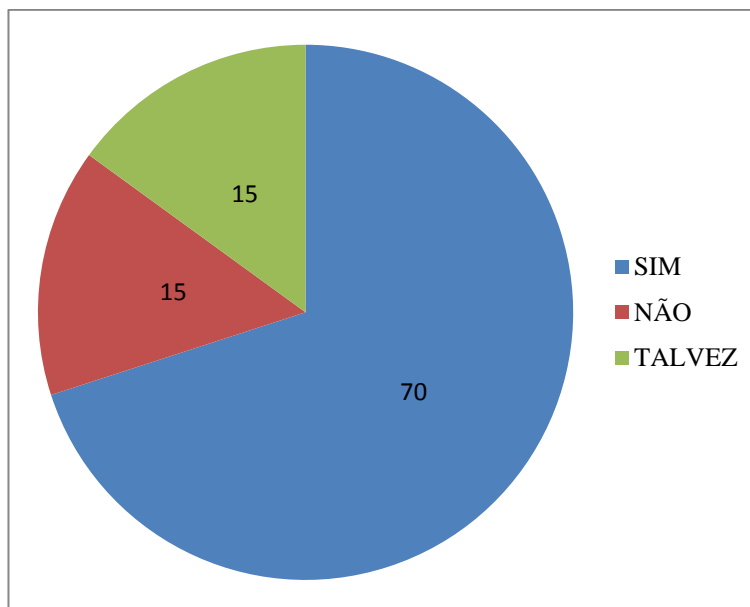
Gráfico 26 - A Parceria Especial reforça a dinâmica de parcerias com outras regiões e países (%)



Fonte: Tabela 27 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, mais de metade, 85% dos inquiridos consideram que a parceria especial reforça a dinâmica de parcerias com outras regiões e países, seguido de 10% que acha talvez e 5% não acha que a parceria especial reforça a dinâmica de parcerias com outras regiões e países.

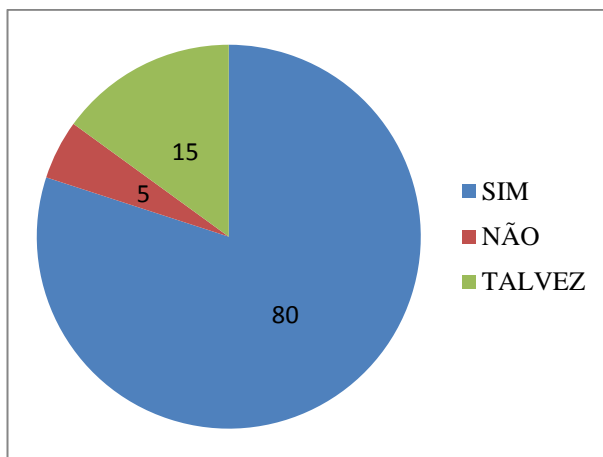
Gráfico 27 - A Parceria Especial está aberta á participação da sociedade civil (%)



Fonte: Tabela 28 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 70% dos inquiridos percebem que a parceria especial está aberta á participação da sociedade civil, sendo que 15% não acha e que talvez que a parceria especial esteja aberta á participação da sociedade civil.

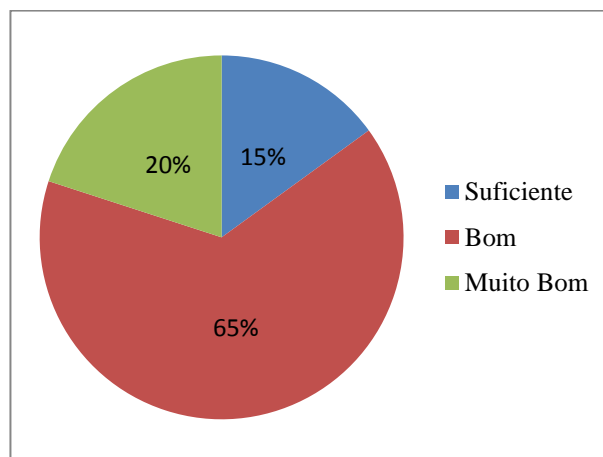
Gráfico 28 - A Parceria Especial requer uma mobilização permanente (%)



Fonte: Tabela 29 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 80% dos inquiridos acha que a parceria especial requer uma mobilização permanente, seguido de 15% que acha talvez e 5% não acha que a parceria especial requer uma mobilização permanente.

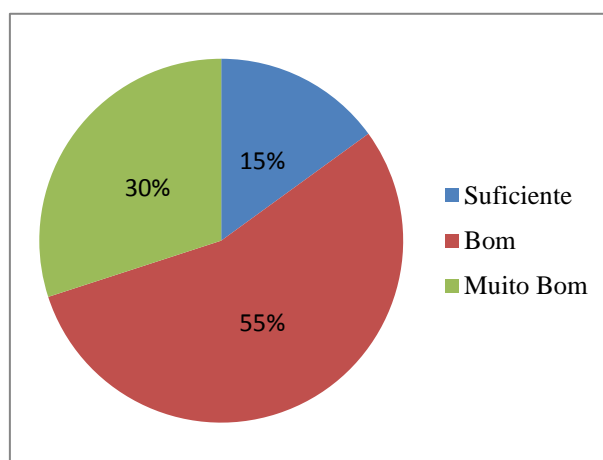
Gráfico 29 - Como classifica os resultados conseguidos coma parceria especial CV/UE



Fonte: Tabela 30 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 65% dos inquiridos consideram bom os resultados conseguidos com a parceria especial Cabo Verde / UE, 20% muto bom e 15 % suficiente.

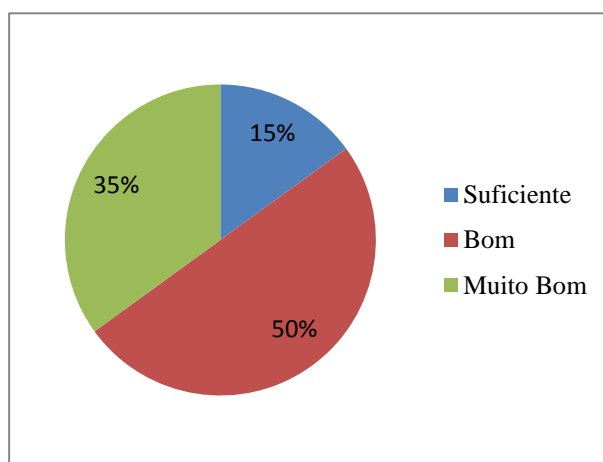
Gráfico 30 - Como classifica o desempenho dos serviços da Comissão das Comunidades Europeias perante a parceria especial CV/UE



Fonte: Tabela 31 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 55% dos inquiridos consideram bom o desempenho dos serviços da Comissão das Comunidades Europeias perante a parceria especial Cabo Verde /UE, 30% de bom e 15 % suficiente.

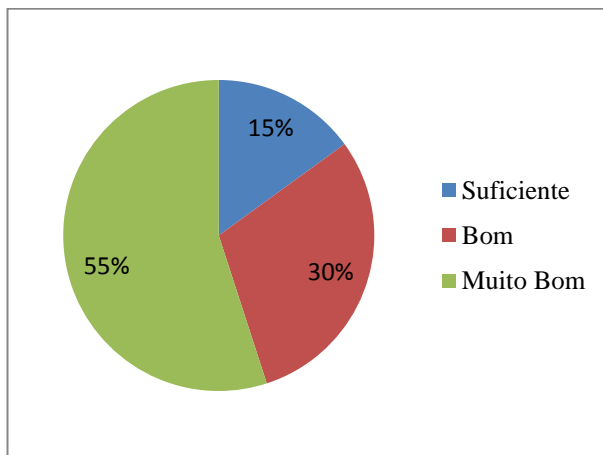
Gráfico 31 - Como classifica a estrutura do plano de ação com a parceria CV/UE



Fonte: Tabela 32 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 50% dos inquiridos classificam bom a estrutura do plano de ação com a parceria especial Cabo Verde /UE 35% de muito bom e 15% suficiente.

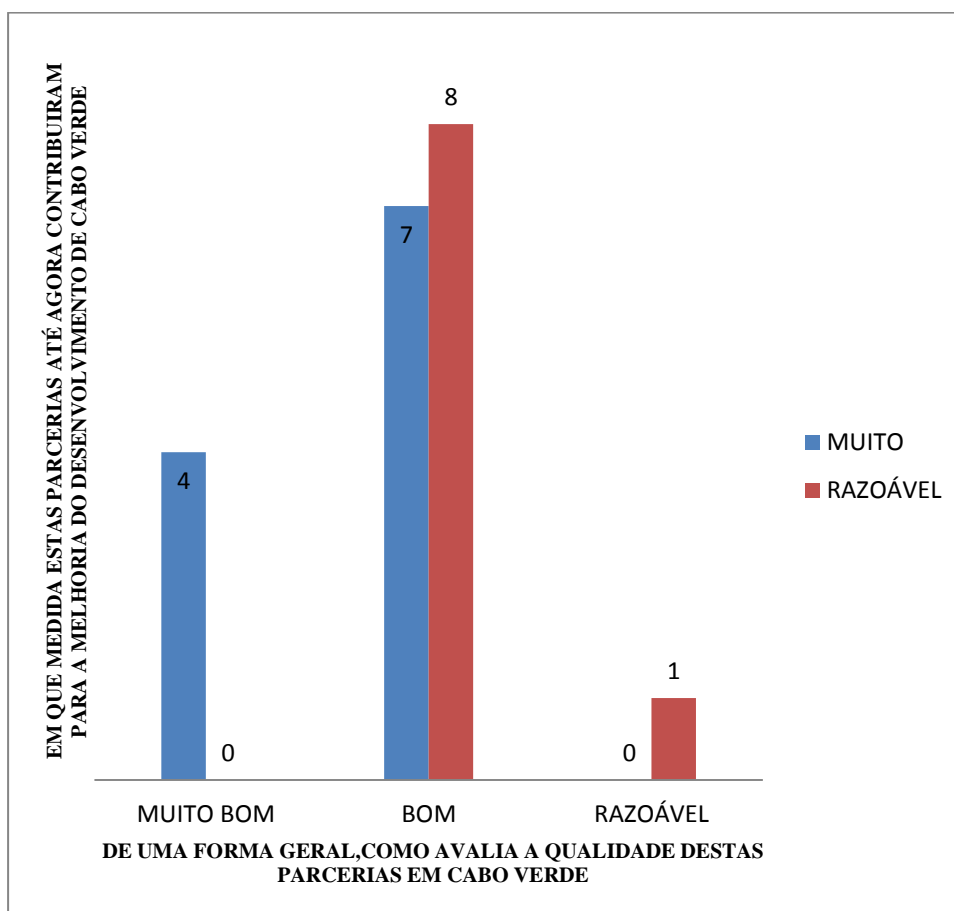
Gráfico 32 - Como classifica os ganhos conseguidos com a parceria especial CV/UE



Fonte: Tabela 33 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, 55% dos inquiridos consideram muito bom os ganhos conseguidos com a parceria especial Cabo Verde /UE, 30% bom e 15% suficiente.

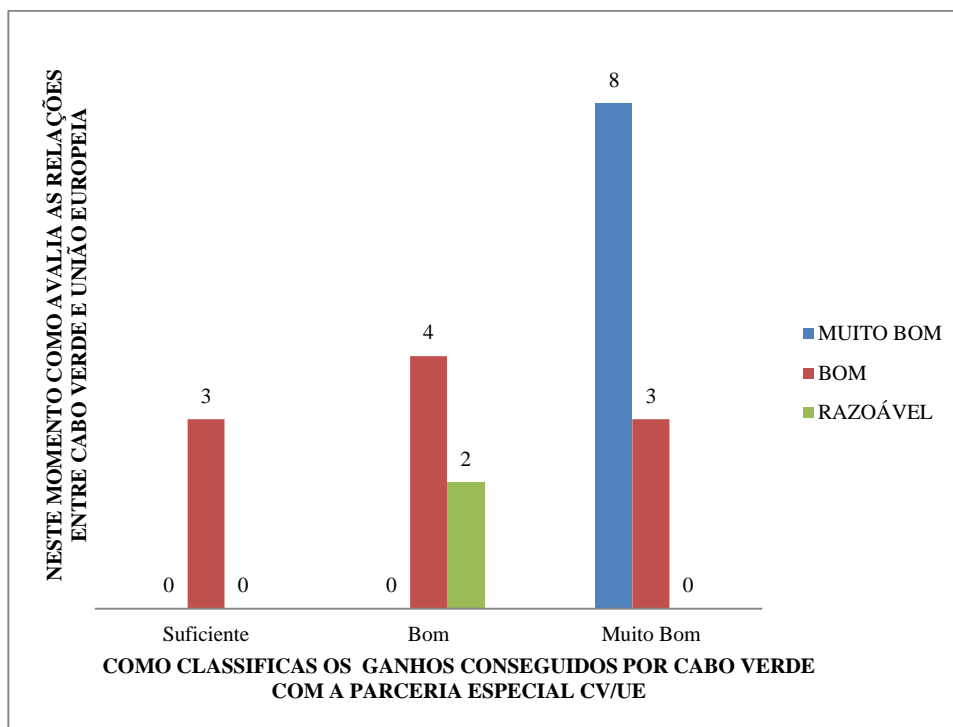
Gráfico 33 - Cruzamento entre em que medida estas parcerias até agora contribuíram para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde e como avalia a qualidade destas parcerias em Cabo Verde (%).



Fonte: Tabela 34 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, maioria dos inquiridos avaliam de Bom a qualidade destas parcerias em Cabo Verde e consideram razoável a contribuição dessas parcerias para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde.

Gráfico 34 - Como classifica os ganhos conseguidos por Cabo Verde com a parceria especial Cabo Verde / UE e neste momento como avalia as relações entre Cabo Verde e UE (%)



Fonte: Tabela 35 em Anexo de Tabelas.

Segundo os dados, os ganhos conseguidos com a parceria especial Cabo Verde /UE em que os inquiridos valiam de muito bom pode ser fruto da boa relação entre Cabo Verde sendo que a maioria dá uma classificação positiva desse relacionamento.

5.2 Confrontação das Hipótese

5.2.1- Hipótese 1 – A Parceria Especial tem sido um grande desafio para Cabo Verde.

Segundo o levantamento dos dados, constata-se que a parceria especial tem sido um grande desafio para Cabo Verde, uma vez que segundo a opinião dos inquiridos esta parceria especial

tem sido importante para atrair investimentos para Cabo Verde (ver gráfico 17) consequentemente na opinião dos mesmos a maioria com 55% responderam que os ganhos conseguidos com a parceria especial é classificada muito bom (ver o gráfico 32), o que ficou comprovada também com o cruzamento dados referentes as perguntas – Neste momento como avalia as relações entre Cabo Verde e UE / Como classificas os ganhos conseguidos por Cabo Verde com a parceria especial (ver gráfico 34). De acordo com estes resultados e citando o documento da Delegação da UE em Cabo Verde (...) houve ganhos particularmente nos pilares da segurança e estabilidade, boa governação e convergência normativa, o que prova estes ganhos é o reforço das relações entre Cabo Verde e UE (ver o gráfico 10) com ênfase para a boa governação que tem servido para promover a imagem de Cabo Verde junto a comunidade internacional (Europeia, p. 6). Esta hipótese é valida tendo em conta não só os dados acima apresentados mas também da analise se o Governo de Cabo Verde esta preparado para enfrentar os desafios que a Parceria especial acarreta em que 65% responderam que sim (ver o gráfico 22). Como afirma José Maria Neves, a parceria trará oportunidades de modernização do país e da afirmação e desenvolvimento das suas instituições (...) e também responde a necessidade de ancorar o desenvolvimento do país em espaços economicamente dinâmicos (Neves, 2010, p. 280)

5.2.2- Hipótese 2 – A parceria especial Cabo Verde /UE contribui para uma melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde.

Segundo os dados (ver o gráfico 7) Cabo Verde beneficia da parceria especial no âmbito do seu desenvolvimento em que 55% dos inquiridos considera que a parceria especial contribui muito para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde (ver o gráfico 8), o que de certo modo enaltece o Bom relacionamento de Cabo Verde com a UE (ver o gráfico 10), pois com a entrada em vigor da parceria especial (...) as relações entre a UE e Cabo Verde atingiram um novo patamar, passando a dar ênfase ao diálogo político entre as duas partes relativamente a segurança e desenvolvimento sustentável (Europeia, p. 94), isso remete-nos (ao gráficos 21) que são apontados alguns aspetos positivos em relação as mudanças advindas da parceria e com uma maior incidência na área da mobilização recursos o que mostra de fato que estes aspetos contribuem para o desenvolvimento de

Cabo Verde e contata-se bons resultados conseguidos (ver o gráfico 29), sendo assim a nossa hipótese e confirmada.

5.2.3 - Hipótese 3 – A boa relação entre Cabo Verde e a UE tem gerado ganhos significativos.

Segundo os dados (ver o gráfico 10) a avaliação das relações entre Cabo Verde e UE é classificado bom, visto que existe uma relação histórica entre Cabo Verde e UE baseada em laços humano, linguísticos, religiosos e culturais e também pelo fato de Cabo Verde defender os mesmos valores como a democracia, a defesa dos direitos humanos e a boa governação política oferecida pelo Estado em vigor em Cabo Verde (Verde G. D., 2008, p. 7), o que mostra que o espaço comunitário europeu, além de centro político de referência para a formatação da cultura política cabo-verdiana constitui igualmente, uma referencia incontornável da política externa cabo-verdiana (Costa S. , 2011, p. 243) , pois ali se encontra os principais parceiros de desenvolvimento do arquipélago (...) para o reforço do dialogo político, a convergência económica técnica e normativa entre Cabo Verde e UE baseados no acordo da parceria especial que tanto Cabo Verde como a UE tiveram ganhos significativos perante esta parceria (ver os gráficos 19 e 32) o que comprova a nossa hipótese.

CONCLUSÃO

Mediante os fatos, apresentados, conclui-se que Cabo Verde ao longo dos tempos teve uma política externa consistente e que protagonizou um desenvolvimento sustentável que constitui um paradigma desde 1975, e são visíveis algumas mudanças na política externa cabo-verdiana como a política de não alinhamento por forma a poder canalizar ajudas das ambas superpotências no contexto da Guerra Fria, a transição de um regime monopartidário para um regime multipartidário, de forma a responder às exigências da nova conjuntura política e económica internacional pós Guerra Fria, constata-se que a ideologia nunca contrariou o pragmatismo da política externa cabo-verdiana, tendo como evidencia os parceiros internacionais do desenvolvimento de Cabo Verde (1975/2010), como Portugal, EUA, China, UE, Cuba e as principais instituições financeiras internacionais (BM, FMI), entre outros.

A política externa desempenha um papel importante no processo de desenvolvimento de um país, e Cabo Verde, constitui um exemplo deste paradigma em que a política externa têm contribuído no seu processo desenvolvimento.

No que tange a estabilidade política e social vinculada pela prática da democracia como resultado, da boa governação, estas tem resultado produtivo para Cabo Verde, isto é, dos principais objectivos alcançados por Cabo Verde partir 2005, que no neste trabalho constatamos como os principais desafios da política externa cabo-verdiana:

A adesão de Cabo Verde à OMC constitui, por si só, um dos acontecimentos mais figurativo na atividade económica no arquipélago, e marca uma nova era desde Dezembro 2007 para o país, constituindo um elemento essencial da estratégia para a nossa inserção no mercado global.

A graduação de Cabo Verde em 2004 para País de Desenvolvimento Médio, em que para efeitos dessa graduação Cabo Verde conseguiu alcançar dois dos três critérios exigidos como Índice de Desenvolvimento Humano, o Rendimento Per Capita e Redução da Vulnerabilidade Económica.

A Parceria Especial Cabo Verde /UE constitui um desafio estratégico da política externa de Cabo Verde primeiramente pelo seu relacionamento *sui generis* no quadro das relações externas da UE, em que pretende ultrapassar a mera relação de doador beneficiário e abarcar outros interesses comuns em matéria de segurança e desenvolvimento, de modo a permitir um grau de cooperação significativamente maior, que possibilite Cabo Verde participar progressivamente em algumas políticas e programas da UE. Cabo Verde tal como a UE, defende valores como a democracia, a defesa dos direitos humanos a boa governação, Estado de direito democrático, promove a paz, a segurança e luta contra o terrorismo e criminalidade. A parceria pretende valorizar a vocação de Cabo Verde para uma aproximação às RUP e o resto da UE, intensificando simultaneamente as suas relações com a sub-região da África Ocidental no âmbito da CEDEAO.

Uma outra conclusão a que se chegou, como resultado da parceria especial entre Cabo Verde e a UE, é a possibilidade de Cabo Verde através das RUP , participar nas políticas da UE, visando assim aprofundar as relações económicas e comerciais com estas regiões , que apresentam um ambiente favorável ao investimento e exportação e a possibilidade do país aceder aos fundos da UE destinados aos diversos projetos. Em compensação os eventuais benefícios para a UE com esta parceria especial prevê a possibilidade de uma maior aproximação às regiões africanas através do arquipélago de Cabo Verde que funciona como um *gateway* de e para a África.

Cabo Verde foi eleito duas vezes, para o programa *Millennium Challenge Account* que se destina a combater a pobreza mundial cujo objetivo principal é premiar o bom desempenho dos países que investiam na democracia , boa governação , um estado de direito democrático, medidas contra corrupção, direitos humanos entre outros, e que incitam o capital humano envolvendo em várias áreas que favorecem a liberdade económica por meio da liberdade comercial.

Conclui-se que Cabo Verde concebeu ganhos assinaláveis em varas aéreas, nomeadamente a nível económico, político, social e cultural, sobretudo os sucessos conseguidos a partir 2005 perante os desafios apresentados já mencionados entre outros. Pois é vital para um país com características do nosso, fazer uma política externa de afirmação do mundo, através de uma participação ativa na cena internacional, em que a boa governação e a estabilidade são capitais precisos para afirmação de Cabo Verde no mundo e para a construção das parcerias e alianças necessárias para o seu desenvolvimento.

Como forma de responder à pergunta partida, concluímos que as hipóteses apontadas no início se confirmam com já foi demonstrado, e assim sendo, podemos deduzir que o objetivo do trabalho foi atingido, demonstrado e comprovando que a política externa tem sido fundamental para o desenvolvimento do país.

Este trabalho é um contributo para o enriquecimento da temática em questão.

BIBLIOGRAFIA

- Cabral, I. (2005). Cabo Verde, 30 anos de Cultura - 1975-2005. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- Capoco, Z. (2003). História das Relações Internacionais e da Diplomacia. Lisboa, Portugal: Editora Escolar.
- Cardoso, S. (2011). A importancia da Diáspora na Política Externa de Cabo Verde. Braga: Universidade do Ninho - Escola de Economia e Gestão.
- Carvalho, R. A. (2013). Cabo Verde: o papel da politica externa na projeção internacional e desenvolvimento de um Pequeno Estado arquipélago. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de estudos da Paz e Segurança. Universidade de Coimbra.
- Charles, H. (1990). Changing Course:when Governments Choose to redirect Foreign Policy. International studies.
- Costa, S. (2011). A Politica Externa Cabo-Verdiana na Encruzalhada Atlântica: entre África, a Europa e as Americas.
- Costa, S. F. (2009). Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração. Dissertação Mestrado. Lisboa.
- Europeia, D. d. (s.d.). Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde. Praia.

- Gonçalves, A. M. (2010). Política externa de Cabo Verde de 1975 a 2008. Lisboa: Dissertação Mestrado.Faculdade de Ciência Humana e Social, Universidade Lusíada de Lisboa.
- Moita, L. (2012). Uma Releitura Crítica do Consenso em Termo do "Sistema Vestefaliano". lisboa: Universidade de Lisboa.
- Momentos da história. (s.d.). Obtido em 8 de Outubro de 2015, de Localização Geoestratégica de Cabo Verde:www.momentosdehistória.com
- Monteiro, M. I. (2011). Parceria Especial Cabo Verde / União Europeia-UE: Uma Mudança de Paradigma Nas Relações entre Cabo Verde e UE? Dissertação Mestrado.Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa.
- Neves, J. M. (2010). Uma Agenda de Trnsformação para Cabo Verde. Lisboa: Letras Vária - Edição e Arte, Lda.
- Silva, A. L. (2004). Combates pela História. Praia, Cabo Verde: Spleen.
- Sousa, F. (2005). Dicionário das Relações Internacionais. Porto: Afrontamento.
- Tavares, A. d. (2010). A Importância da Política Externa no processo de Desenvolvimento - O caso paradigmático de Cabo Verde - Dissertação de mestrado em Ciência Políticas e Relações Internacionais. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,Universidade Nova Lisboa.

6 - Documentos Diversos

As Grandes Opções do Plano. (2005). Praia: Conselho de Ministros.

Constituição da República de Cabo Verde. (2010), Praia

Ministério dos Negócios Estrangeiros, C. e. (s.d.). Manual do serviço Diplomático. Praia.

Neves, J. M. (2002-2005). As grandes Opções do Plano 2001 - 2005; Programa do Governo de 2006-2011. Praia.

ONU. (2007). Relatório de informação ao secretario Geral das Nações Unidas sobre o processo da Saida de Cabo Verdena categoria dos PMA.

Programa do Governo , VII legislatura 2006 – 2011, Praia.

Programa do Governo, VIII legislatura 2011 – 2016. Praia.

Verde, D. d. (2003). 25 Anos de Cooperação entre UE/Cabo Verde. Praia.

Verde, G. d. (2008). Parceria Especial Cabo Verde – EU: Plano de Acção UE/Cabo Verde. Praia.

Verde, G. D. (2008). Parceria Especial Cabo Verde/ União Europeia : Comissão das Comunidades Europeias. Praia.

7 Páginas na internet

www.governo.cv

www.wikipédia.org

www.ine.cv

ANEXOS

Anexo 1 - Tabela 1 - Acordos de cooperação

Acordos	FED	Período	Montante (Milhoes de Euros)
Lomé I	4°FED	1975-1980	4.0
Lomé II	5°FED	1980-1985	16.0
Lomé III	6°FED	1985-1990	20.5
Lomé IV	7°FED	1990-1995	23.0
Lomé IV (bis)	8°FED	1995-2000	30,0
Cotonou	9°FED	2000-2007	32,0

Anexo 2 – Tabela dos dados do Questionário

Tabela 2 - SEXO

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid MASCULINO	11	55,0	55,0	55,0
FEMININO	9	45,0	45,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 3 - IDADE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid ATÉ 25 ANOS	1	5,0	5,0	5,0
26-30 ANOS	3	15,0	15,0	20,0
31-35 ANOS	4	20,0	20,0	40,0
36-40 ANOS	2	10,0	10,0	50,0
41-45 ANOS	2	10,0	10,0	60,0
MAIS 45 ANOS	8	40,0	40,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 4 - NIVEL DE ESCOLARIDADE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid DOUTORADO	3	15,0	15,0	15,0
MESTRADO	6	30,0	30,0	45,0
LICENCIADO	11	55,0	55,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 5 – FUNÇÃO

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid DIPLOMATA	13	65,0	65,0	65,0
JURISTA	3	15,0	15,0	80,0
OUTRAS	4	20,0	20,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 6 - CONSIDERA-SE UMA PESSOA QUE ACOMPANHA DE PERTO O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid MUITO	18	90,0	90,0	90,0
POUCO	2	10,0	10,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 7 - COMO AVALIA O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid ACELERADO	5	25,0	25,0	25,0
NORMAL	9	45,0	45,0	70,0
RAZOÁVEL	6	30,0	30,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 8 - QUAIS AS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES QUE CABO VERDE BENEFICIA NO AMBITO DO SEU DESENVOLVIMENTO

Tabela 8.1 - QUAIS AS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES QUE CABO VERDE BENEFICIA NO AMBITO DO SEU DESENVOLVIMENTO - PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE/UNIÃO EUROPEIA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	20	100,0	100,0	100,0

Tabela 8.2 - QUAIS AS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES QUE CABO VERDE BENEFICIA NO AMBITO DO SEU DESENVOLVIMENTO - COOPERAÇÕES BILATERAIS

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	20	100,0	100,0	100,0

Tabela 8.3 - QUAIS AS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES QUE CABO VERDE BENEFICIA NO AMBITO DO SEU DESENVOLVIMENTO - COOPERAÇÕES MULTILATERAIS

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	20	100,0	100,0	100,0

Tabela 8.4 - QUAIS AS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES QUE CABO VERDE BENEFICIA NO AMBITO DO SEU DESENVOLVIMENTO – OUTRAS

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	19	95,0	95,0	95,0
NÃO	1	5,0	5,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 9 - EM QUE MEDIDA ESTAS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES ATÉ AGORA CONTRIBUÍRAM PARA A MELHORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid MUITO	11	55,0	55,0	55,0
RAZOÁVEL	9	45,0	45,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 10 - DE UMA FORMA GERAL, COMO AVALIA A QUALIDADE DESTAS PARCERIAS OU COOPERAÇÕES EM CABO VERDE

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid MUITO BOM	4	20,0	20,0	20,0
BOM	15	75,0	75,0	95,0
RAZOÁVEL	1	5,0	5,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 11 - NESTE MOMENTO COMO AVALIA AS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid MUITO BOM	8	40,0	40,0	40,0
BOM	10	50,0	50,0	90,0
RAZOÁVEL	2	10,0	10,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 12 - COMO TEM SIDO O IMPACTO DA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid ACELERADO	4	20,0	20,0	20,0
NORMAL	15	75,0	75,0	95,0
LENTO	1	5,0	5,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 13 - CONHECES A ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid SIM	18	90,0	94,7	94,7
NÃO	1	5,0	5,3	100,0
Total	19	95,0	100,0	
Não se aplica System	1	5,0		
Total	20	100,0		

Tabela 14 - ESTA SATISFEITO COM A ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO PARA A PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE /UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITO SATISFEITO	1	5,0	5,3	5,3
	SATISFEITO	10	50,0	52,6	57,9
	CONFORMADO	7	35,0	36,8	94,7
	INSATISFEITO	1	5,0	5,3	100,0
	Total	19	95,0	100,0	
Não se aplica	System	1	5,0		
	Total	20	100,0		

Tabela 15 - JUSTIFICATIVAS PARA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO PARA A PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE/UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CABO VERDE BENIFICIARA DOS FUNDOS ESTRUTURAIS DA EU	1	5,0	5,0	5,0
	TRARÁ RESULTADOS FRUTIFEROS ENTRE AMBAS AS PARTES	4	20,0	20,0	25,0
	EXISTE UM ESPAÇO DE DIÁLOGO, NEGOCIAÇÃO, CONCERTAÇÃO E RESPEITO MUTUO ENTRE AMBAS AS PARTES	1	5,0	5,0	30,0
	NÃO DA ENFASE A TODOS OS PILARES DA PARCERIA ESPECIAL CV/EU	1	5,0	5,0	35,0

FORNECE UM QUADRO VIÁVEL E PROMISSORA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1	5,0	5,0	40,0
ENCONTRA-SE ALINHADA COM OS PRINCIPAIS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO DE CV	2	10,0	10,0	50,0
CABO VERDE NÃO TEM ESTADO EM PÉ DE IGUALDADE NAS RELAÇÕES ENTRE AMBAS AS PARTES	6	30,0	30,0	80,0
NS/NR	4	20,0	20,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 16 - COMO AVALIA O ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITO BOM	2	10,0	10,0	10,0
	BOM	13	65,0	65,0	75,0
	RAZOÁVEL	4	20,0	20,0	95,0
	NS/NR	1	5,0	5,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 17 - COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE ACHAS QUE A POLITICA EXTRENA CABO-VERDIANA PASSA A TER MELHORES OPORTUNIDADES DE COOPERAÇÃO A NIVEL BILATERAL E MULTILATERAL COM A UE E OS ESTADOS MEMBROS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	14	70,0	70,0	70,0
	TALVEZ	6	30,0	30,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 18 - ACHA QUE ESTA PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA TEM SIDO IMPORTANTE PARA ATRAIR INVESTIMENTOS PARA CABO VERDE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	15	75,0	75,0	75,0
	NÃO	2	10,0	10,0	85,0
	TALVEZ	3	15,0	15,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 19 - COM A PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA CONSIDERA QUE HAVERÁ ALGUMA ALTERAÇÃO NO POSICIONAMENTO DE CABO VERDE A NÍVEL DA CEDEAO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	3	15,0	15,0	15,0
	NÃO	9	45,0	45,0	60,0
	TALVEZ	8	40,0	40,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 20 - E PARA A UNIÃO EUROPEIA QUAIS SÃO OS GANHOS DESTA PARCERIA

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	MUITO ELEVADO	2	10,0	10,0	10,0
	ELEVADOS	18	90,0	90,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 21 - AINDA QUE SEJA EM ALGUNS ASPETOS, ACHA QUE JÁ DA PARA SENTIR ALGUMAS MUDANÇAS ADVINDAS DESTA PARCERIA ESPECIAL CV/EU

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	17	85,0	85,0	85,0
	NÃO	3	15,0	15,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 22 -- QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/U

Tabela 22.1 - QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE -MOBILIZAÇÃO RECURSOS

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
SIM	11	55	64,7	64,7
Valid NÃO	6		35,3	100
Total	17	85	100	
Não se aplica System	3	15		
Total	20	100		

Tabela 22.2 - QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS VINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE - REFORÇO DO DIÁLOGO POLÍTICO E INSTITUCIONAL ENTRE CABO VERDE E A UNIÃO EUROPEIA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
SIM	9	45	52,9	52,9
Valid NÃO	8	40	47,1	100
Total	17	85	100	
Não se aplica System	3	15		
Total	20	100		

Tabela 22.3 - QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE -FINANCIAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE VARIOS PROJECTO ESTRUTURAIS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	9	45	52,9	52,9
	NÃO	8	40	47,1	100
	Total	17	85	100	
Não se aplica	System	3	15		
Total		20	100		

Tabela 22.4 - QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE -REFORÇO NO SISTEMA SECURITÁRIO

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	9	45	52,9	52,9
	NÃO	8	40	47,1	100
	Total	17	85	100	
Não se aplica	System	3	15		
Total		20	100		

•

Tabela 22.6 - QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE - AUMENTO DE DIVERSIFICAÇÃO DE PARCERIAS EUROPEIAS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	6	30	35,3	35,3
	NÃO	11	55	64,7	100
	Total	17	85	100	
Não se aplica System		3	15		
Total		20	100		

Tabela 22.7- QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE - DOMININIO DA MOBILIDADE, SEGURANÇA, RELAÇÕES ECONÓMICA, PESCAS E FINANÇAS PUBLICAS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	9	45	52,9	52,9
	NÃO	8	40	47,1	100
	Total	17	85	100	
Não se aplica System		3	15		
Total		20	100		

Tabela 22.8 - QUAIS SÃO OS ASPECTOS QUE JÁ DÃO PARA SENTIR DAS MUDANÇAS ADVINDAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE – OUTRAS

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	8	40	47,1	47,1
	NÃO	9	45	52,9	100
	Total	17	85	100	
Não se aplica System		3	15		
Total		20	100		

Tabela 23 - ACHA QUE O GOVERNO DE CABO VERDE ESTÁ PREPARADO PRA ENFRENTAR OS DESAFIOS QUE A PARCERIA ESPECIAL CV/UE ACARRETA

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Va SIM	13	65,0	65,0	65,0
lid NÃO	1	5,0	5,0	70,0
TALVEZ	6	30,0	30,0	100,0
Total	20	100,0	100,0	

Tabela 24 - JUSTIFICATIVAS SE O GOVERNO DE CABO VERDE ESTA PREPARADO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS QUE A PARCERIA ESPECIAL ACARRETA

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	CABO VERDE NÃO CONHECE TODOS OS DESAFIOS DA PARCERIA ESPECIAL	5	25,0	25,0	25,0
	COEXISTENCIAS DE POLITICAS E COERENCIAS DE AÇÃO	3	15,0	15,0	40,0
	A PARCERIA ESPECIAL ESTA NUMA FASE INICIAL	6	30,0	30,0	70,0
	ABORGAGEM É PRAGMATICA E PROGRESSIVA	2	10,0	10,0	80,0
	AS RELAÇÕES TEM SIDO DESIQUILIBRADAS PARA CABO VERDE	1	5,0	5,0	85,0
	NS/NR	3	15,0	15,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 25 - A PARCERIA ESPECIAL É UMA OPÇÃO VOLUNTARISTA DA POLITICA EXTERNA DE CABO VERDE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	5	25,0	25,0	25,0
	NÃO	5	25,0	25,0	50,0
	TALVEZ	9	45,0	45,0	95,0
	NS/NR	1	5,0	5,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 26 - A PARCERIA ESPECIAL CV/UE É UM PROCESSO PARA RELACIONAMENTO LONGO PRAZO COM A UNIÃO EUROPEIA

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	17	85,0	85,0	85,0
	TALVEZ	2	10,0	10,0	95,0
	NS/NR	1	5,0	5,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 27 - A PARCERIA ESPECIAL REFORÇA A DINÂMICA DE PARCERIAS COM OUTRAS REGIÕES E PAÍSES

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	17	85,0	85,0	85,0
	NÃO	1	5,0	5,0	90,0
	TALVEZ	2	10,0	10,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 28 - A PARCERIA ESPECIAL ESTÁ ABERTA Á PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	14	70,0	70,0	70,0
	NÃO	3	15,0	15,0	85,0
	TALVEZ	3	15,0	15,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 29 - A PARCERIA ESPECIAL REQUER UMA MOBILIZAÇÃO PERMANENTE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	SIM	16	80,0	80,0	80,0
	NÃO	1	5,0	5,0	85,0
	TALVEZ	3	15,0	15,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 30 - COMO CLASSIFICAS OS RESULTADOS CONSEGUIDOS COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Suficiente	3	15,0	15,0	15,0
	Bom	13	65,0	65,0	80,0
	Muito Bom	4	20,0	20,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 31 - COMO CLASSIFICAS O DESEMPENHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Suficiente	3	15,0	15,0	15,0
	Bom	11	55,0	55,0	70,0
	Muito Bom	6	30,0	30,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 32 - COMO CLASSIFICAS A ESTRUTURA DO PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESPECIAL CV/UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Suficiente	3	15,0	15,0	15,0
	Bom	10	50,0	50,0	65,0
	Muito Bom	7	35,0	35,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 33 - COMO CLASSIFICAS OS GANHOS CONSEGUIDOS POR CABO VERDE COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Suficiente	3	15,0	15,0	15,0
	Bom	6	30,0	30,0	45,0
	Muito Bom	11	55,0	55,0	100,0
	Total	20	100,0	100,0	

Tabela 34 - CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: EM QUE MEDIDA ESTAS PARCERIAS ATÉ AGORA CONTRIBUÍRAM PARA A MELHORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE * DE UMA FORMA GERAL, COMO AVALIA A QUALIDADE DESTAS PARCERIAS EM CABO VERDE

	DE UMA FORMA GERAL, COMO AVALIA A QUALIDADE DESTAS PARCERIAS EM CABO VERDE			Total
	MUITO BOM	BOM	RAZOÁVEL	
EM QUE MEDIDA ESTAS PARCERIAS ATÉ AGORA CONTRIBUÍRAM PARA A MELHORIA DO DESENVOLVIMENTO DE CABO VERDE	4	7	0	11
MUITO RAZOÁVEL	0	8	1	9
Total	4	15	1	20

Tabela 35 - CRUZAMENTO DE VARIÁVEIS: NESTE MOMENTO COMO AVALIA AS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA * COMO CLASSIFICA OS GANHOS CONSEGUIDOS POR CABO VERDE COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE

	COMO CLASSIFICA OS GANHOS CONSEGUIDOS POR CABO VERDE COM A PARCERIA ESPECIAL CV/UE			Total
	Suficiente	Bom	Muito Bom	
NESTE MOMENTO COMO AVALIA AS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA	0	0	8	8
MUITO BOM	3	4	3	10
BOM	0	2	0	2
RAZOÁVEL	3	6	11	20
Total				

Anexo 3- Questionário

Olá, bom dia/boa tarde, o meu nome é **Viviane Andrade**, sou estudante do curso Ciência Política e Relações Internacionais, ministrada pela **Universidade do Mindelo**.

Estando em fase de realização do meu Trabalho de Conclusão Curso sobre o tema, **Os Desafios da Política Externa: caso da Parceria Especial com a União Europeia**, pretendo recolher, através deste questionário, um conjunto de informações para a concretização dos meus objectivos da investigação, pelo que o anonimato e a confidencialidade são absolutamente respeitados.

P0 – Tens algum conhecimento sobre as relações exteriores de Cabo Verde?

1. Sim ----
2. Não----

P1 – Sexo?

1. Masculino----
2. Feminino----

P2 – Idade?

1. Até 25
2. 26 - 30
3. 31 - 35
4. 36 – 40
5. 41 - 45
6. +45

P3 - Nível de Escolaridade

1. Doutorado____
2. Mestrado____
3. Licenciado____
4. Outro_____

P4 – Função-----

P5 – Considera-se uma pessoa que acompanha de perto o processo de desenvolvimento de Cabo Verde?

1. Muito-----
2. Pouco-----
3. Nada-----

P6 - Como avalia o processo de desenvolvimento de Cabo Verde?

1. Acelerado-----
2. Normal -----
3. Razoável-----
4. Lento -----
5. Mau-----

P7 – Que tipos de parcerias que Cabo Verde beneficia no âmbito do seu desenvolvimento?

Pode seleccionar várias respostas

1. Parceria Especial Cabo Verde / União Europeia-----
2. Cooperações Bilaterais ---
3. Cooperações Multilaterais ----
4. Outras ----Quais?-----

P8 – Em que medida estas parcerias ou cooperações até agora contribuíram para a melhoria do desenvolvimento de Cabo Verde?

1. Muito-----
2. Razoável....
3. Pouco-----
4. Nada -----
5. NS/NR-----

P9 - De uma forma geral, como avalia a qualidade destas parcerias ou cooperações em Cabo Verde?

1. Muito Bom-----
2. Bom-----
3. Razoável-----
4. Medíocre-----
5. Mau-----
6. NS/NR-----

P10 – Neste momento como avalia as relações entre Cabo Verde e UE?

1. Muito Bom-----
2. Bom
3. Razoável
4. Fraca-----
5. Mau-----
6. NS/NR-----

P11 – Como tem sido o impacto da Parceria Especial CV/ UE?

1. Muito Acelerado-----
2. Acelerado-----
3. Normal -----
4. Lento -----
5. NS/NR-----

A Parceria Especial CV/UE foi implementado por um Plano de Ação.

P12 – Conheces a estrutura do plano de ação da Parceria Especial CV/UE?

1. Sim-----
2. Não----- Passe p/ P16
3. NS/NR-----

P13 - Esta satisfeito com a estrutura do plano de ação para a Parceria Especial CV/UE?

1. Muito satisfeito-----
2. Satisfeito-----
3. Conformado-----
4. Insatisfeito-----
5. Muito insatisfeito-----
6. NS/NR-----

P14 – Porque? (valido para todas as respostas)

P15 - Como avalia o acompanhamento da aplicação da Parceria Especial?

1. Muito Bom-----
2. Bom -----
3. Razoável -----
4. Medíocre-----
5. Mau-----
6. NS/NR-----

P16 – Com a Parceria Especial CV/UE achas que a política externa cabo-verdiana passa a ter melhores oportunidades de cooperação a nível bilateral e multilateral com a UE e os Estados membros?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P17 – Achas que esta Parceria Especial CV/UE tem sido importante para atrair investimentos para Cabo Verde?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P18 - Com a Parceria Especial CV\UE considera que haverá alguma alteração no posicionamento de CV a nível CEDEAO?

1. Sim-----
2. Não -----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P19 – E para a União Europeia quais são os ganhos desta parceria?

1. Muito Elevados-----
2. Elevados-----
3. Muito Reduzidos-----
4. Reduzidos-----
5. Razoáveis-----
6. NS/NR-----

P20 – Ainda que seja em alguns aspectos, achas que já dá para sentir algumas mudanças advindas desta Parceria Especial?

1. Sim -----
2. Não----- Passa p/ 21
3. NS/NR-----

P21 - Se sim, quais são?

P22 – Acha que o governo de Cabo Verde está preparado para enfrentar os desafios que a Parceria Especial acarreta?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P23 - Justifique a opção escolhida no ponto 22?

P24 – A parceria especial é uma opção voluntarista da política externa de Cabo Verde?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P25 – A parceria especial CV/EU é um processo de relacionamento a longo prazo com a UE?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez -----
4. NS/NR ----

P26 - A parceria especial reforça a dinâmica de parcerias com outras regiões e países?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P27 - A parceria especial está aberta à participação da sociedade civil ?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P28 - A parceria especial requer uma mobilização permanente?

1. Sim-----
2. Não-----
3. Talvez-----
4. NS/NR-----

P29 – Como classificas os resultados conseguidos com a Parceria Especial CV/EU?

1. Muito Bom----
2. Bom-----
3. Suficiente----
4. Insuficiente----
5. NS/NR-----

P30 - Como classificas o desempenho dos Serviços da Comissão das Comunidades Europeias?

1. Muito Bom----
2. Bom-----
3. Suficiente----
4. Insuficiente----
5. NS/NR-----

P33 – Como classificas a estrutura do plano de ação?

1. Muito Bom----
2. Bom-----
3. Suficiente-----
4. Insuficiente----
5. NS/NR-----

Obrigado pelo tempo e pela colaboração!

Anexo 4 - Perguntas da Entrevista

Ao coordenador X da Parceria Especial (10/10/2014 às 16:30)

1. Quais as principais motivações que estiveram na base da Parceria Especial CV/EU?
2. Quais foram as condições da Parceria Especial? CV aderiu na íntegra ou existem restrições?
3. Quais as vantagens e as desvantagens desta Parceria Especial para CV, nos vários domínios, económico, político, cultural? Trata-se de uma vantagem económica, securitária ou de mero reconhecimento internacional?
4. Tendo em conta a posição geoestratégica de CV entre os três continentes, em que moldes/aspectos CV representa um ponto de segurança para a sub-região e para o corredor da Europa?
5. Qual a posição do país em termos estratégicos? Se CV se mantiver na UE, que papel pode desempenhar no futuro dentro da UE?
6. Com que olhos vê a parceria especial com a União Europeia?
7. Com a Parceria Especial CV\UE considera que haverá alguma alteração no posicionamento de CV a nível CEDEAO?
8. Poderá esta Parceria ultrapassar a relação discursiva que tem acompanhado o relacionamento África \ Europa?

9. Poderá CV, com as condições e debilidades estruturais que lhe são intrínsecas, ultrapassar as fragilidades da parceria Europa\ ACP que constitui o sustentáculo jurídico da Parceria Especial e ser um parceiro, no verdadeiro sentido da palavra, da EU?
10. O que ganha Cabo Verde com essa parceria especial?
11. O que ganha a UE com essa parceria privilegiada com Cabo Verde?
12. A parceria especial é um processo para o relacionamento a longo prazo com a União Europeia?

Anexo 5 - Figura 1 - Assinatura do Acordo de facilitação de vistos por José Maria Neves e Durão Barroso

